

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação:
análise retórica de um livro-argumento**

Fabíola Sircilli

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação:
análise retórica de um livro-argumento**

Fabíola Sircilli

Marcus Vinicius da Cunha

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Sircilli, Fabíola.

A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação: análise retórica de um livro-argumento. Ribeirão Preto, 2006.

108 p; 30 cm

Dissertação, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia e Educação.

Orientador: Cunha, Marcus Vinicius

1. Psicanálise. 2. Educação brasileira. 3. Análise retórica.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabíola Sircilli

A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação: análise retórica de um livro-argumento

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Dedicatória

Aos meus pais Carlos e Neusa, principalmente mamãe pelo incentivo permanente, aos meus irmãos Veridiana e Ricardo, às minhas duas avós, Mercedes e Alzira, por sempre terem me acompanhado, ao meu avô João Pedro pelo carinho e ao meu marido Wagner pela presença, apoio e compreensão ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Marcus Vinicius da Cunha sem o qual este trabalho não teria sido realizado. Agradeço-o por ter acreditado em meu potencial, assim como sua paciência, generosidade, amizade e carinho que resultaram em meu crescimento pessoal e intelectual.

À banca examinadora composta pela profa. Dra. Marina Massimi e pelo prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, que muito contribuíram para o resultado final deste trabalho.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa “Retórica e Argumentação na Pedagogia” pelos comentários e apoio nos momentos difíceis.

À minha chefe, Sonia Prado, pela compreensão e apoio na busca do meu aprimoramento intelectual e profissional.

Ao meu amigo Alexandre Faraoni que muito me ajudou durante este período.

A todos os amigos que torceram por mim, em especial Roberta, que me apoiaram e entenderam minha constante “ausência”.

Um agradecimento especial à minha irmã, Veridiana, pela atenção e interesse pelo trabalho desenvolvido.

RESUMO

Sircilli, F. **A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação: análise retórica de um livro-argumento.** 2006. 108 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2006.

O presente estudo analisa o discurso educacional de Arthur Ramos, médico que trabalhou ao lado de Anísio Teixeira, quando este foi diretor da instrução pública no Distrito Federal, nos anos 1930. Ramos dirigiu a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, órgão da administração municipal na gestão de Teixeira, promovendo a instalação de clínicas nas escolas públicas para o estudo e posterior tratamento das crianças que apresentassem dificuldades de aprendizagem ou de adaptação ao seu meio escolar ou familiar. Ramos empregou ali teorias psicanalíticas, procurando transformá-las em instrumentos úteis à educação, ao mesmo tempo em que se empenhava na difusão da Psicanálise no país. Esta dissertação tem como objeto de estudo o livro *Educação e psicanálise*, de A. Ramos, publicado em 1934, procedendo à análise do encadeamento argumentativo do discurso do autor, para verificar o modo como a teoria psicanalítica é por ele conciliada com outros conhecimentos, próprios da visão socializadora da educação renovada. Para tanto, este trabalho adota o referencial teórico-metodológico elaborado por Perelman e Olbrechts-Tyteca em *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, em especial a noção de auditório particular, a partir da qual discute as interlocuções de Ramos com os auditórios escolanovista, católico e higienista.

Palavras-chave: Psicanálise, Educação brasileira, Análise retórica.

ABSTRACT

Sircilli, F. **Arthur Ramos's argumentation in favor of Psychoanalysis applied to Education**: a rhetorical analysis of an argumentative book. 2006. 108 p. Dissertation (Master's degree) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2006.

Abstract: This paper analyses Arthur Ramos's educational speech, a doctor who worked along with Anísio Teixeira when he was the head of the Public Instruction of the Federal District in the 30's. Ramos directed the Orthophrenology and Mental Hygiene section of the Institute for Educational Research (IPE) during the Teixeira administration. Clinics were installed in the city's public schools in order to study and treat the children with learning problems or difficulties to fit in either the school or the home environment. There, Ramos applied psychoanalysis in an attempt to make it useful to the Brazilian Education while he was still trying to make Freud's theories popular in the country. The object of this dissertation is Ramos's book *Educação e psicanálise*, published in 1934. Our intent is to show the rhetorical strategies used by Ramos in his speech, analyzing the way he put together psychoanalysis and the social view, a concern of the New School movement. To do so, our methodology was based upon the theories of Perelman and Olbrechts-Tyteca from their book *Traité de L'argumentation: la nouvelle rhétorique* (The New rhetoric: a treatise on argumentation), specially their concept of particular audience, the starting point for the discussion on Ramos's discursive techniques addressed to his interlocutors, the members of the New School, the catholics and the hygienists.

Key-words: Psychoanalysis, Brazilian education, Rhetorical analysis.

Sumário

Introdução	15
1. Arthur Ramos e a Psicanálise	15
2. O livro <i>Educação e psicanálise</i>	23
3. A análise de um livro-argumento	26
Capítulo I – Os auditórios	35
1. Os escolanovistas	37
2. Os católicos	47
3. Os higienistas	51
Capítulo II – A tese da Psicanálise na Educação	59
1. A dissociação de noções	60
2. O argumento de prestígio	64
3. As definições	67
4. O adiamento de uma definição	69
5. O afastamento de uma teoria	70
Capítulo III – A tese da sexualidade infantil e a formação de professores	76
1. A inversão de um par filosófico	77
2. Variações de um par já estabelecido	79
3. A desqualificação dos críticos	81
4. A agregação de novos termos a um par já constituído	83
5. A transposição por similaridade	85
6. A cooptação dos críticos	87
7. A apresentação de casos exemplares	90
8. A reafirmação de princípios	92
9. Corolário	94
Considerações finais	97
Referências	105

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar as estratégias argumentativas utilizadas por Arthur Ramos no livro *Educação e psicanálise*, de 1934, cuja intenção, segundo o próprio autor o declara, era mostrar a validade teórica e a eficácia da teoria freudiana no campo da educação escolar e, conseqüentemente, despertar a necessidade de formar os educadores brasileiros por meio dos referenciais psicanalíticos. Para cumprir esse intento, utilizaremos os referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) na obra *Tratado da argumentação*, cujo subtítulo é “a nova retórica”.

Sendo assim, esta Introdução versará sobre as realizações profissionais e intelectuais de Arthur Ramos, destacando seu interesse pela Psicanálise e a importância do livro que elegemos estudar. Apresentará também os parâmetros da metodologia adotada em nossa pesquisa, a título de subsidiar as análises elaboradas nos capítulos subseqüentes. Com isso, esperamos justificar a relevância deste trabalho, tanto por seu tema e objeto, quanto pelos procedimentos analíticos que emprega.

1. Arthur Ramos e a Psicanálise

Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu no dia 7 de julho de 1903, na cidade de Pilar, no estado de Alagoas, vindo a falecer em Paris no dia 31 de outubro de 1949, no momento em que dirigia o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Na ocasião, desenvolvia naquele organismo internacional um projeto de trabalho para o qual havia

criado um comitê de especialistas, com o propósito de estudar as relações entre as raças, a fim de desencadear uma campanha contra o preconceito racial (MENEZES, 2003, p. 14-17).

Ramos cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, ingressando em 1921 e concluindo em 1926 com a defesa da tese “Primitivo e Loucura”, sendo contemplado no ano seguinte com o prêmio Alfredo Brito, da mesma instituição de ensino (ABRÃO, 2001, p. 72). Foi catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil; chefe do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO; organizador e chefe do Serviço de Neuropsiquiatria do Serviço Central de Escolas/Hospitais do Departamento de Educação do Rio de Janeiro; professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal; médico-legista do Serviço Médico Legal do Estado da Bahia – Instituto Nina Rodrigues, e médico assistente do hospital São João de Deus, Bahia.

No presente trabalho, destacaremos sua atuação à frente da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, IPE, órgão vinculado ao Departamento de Educação do Rio de Janeiro. Ramos assumiu esse cargo em 1934, a convite de Anísio Teixeira, então responsável pela Instrução Pública do Distrito Federal e um dos líderes do movimento educacional chamado Escola Nova¹ (NUNES, 2000, p. 237-238).

De acordo com Nunes (2000, p.236), o Instituto de Pesquisas Educacionais comportava divisões de pesquisas e bibliotecas, museus e rádio-difusão, tendo por meta realizar investigações sociais e psicológicas que dariam fundamento a planos, programas e métodos de ensino, bem como desenvolver medidas de rendimento e eficiência escolar e organizar serviços de extensão educativa. A Seção de Ortofrenia e

¹ Anísio Teixeira (1900-1971) liderou a reforma da instrução pública no Distrito Federal, entre 1931 e 1935, criando a “possibilidade de estruturar um campo de identificação dos educadores” por meio de “interferências que atingiram a ordenação simbólica da cidade” e “armaram novas representações do urbano e do papel dos profissionais da educação dentro dele” (NUNES, 2000, p. 235).

Higiene Mental foi instituída em setembro de 1933, integrando a Divisão de Pesquisas Educacionais do IPE, para oferecer atendimento a crianças nas chamadas Clínicas de Orientação Infantil, instaladas em escolas públicas da cidade (ABRÃO, 2001, p. 118).

Em janeiro de 1934, Ramos foi nomeado chefe da Seção de Ortofrenia, iniciando em março daquele mesmo ano um amplo programa de higiene mental escolar (SILVA, 1998, p. 148), cujos resultados foram marcantes devido ao seu ineditismo, pois implantou as primeiras clínicas de higiene mental do Brasil, e possivelmente da América Latina, vinculadas a um projeto educacional (ABRÃO, 2001, p. 118). A contribuição desse órgão aos campos da Psicologia e da Educação está documentada no livro *A criança problema – a higiene mental na escola primária*, de autoria de Arthur Ramos, lançado em 1939, ano em que o médico alagoano terminou sua experiência administrativa na Seção. Conforme dados do próprio Ramos (1947, p. 14), entre 1934 e 1939 foram ali atendidas duas mil crianças.

Em *A criança problema*, Ramos faz um esboço do movimento de higiene mental no Brasil e no mundo, descrevendo a rotina dos trabalhos das clínicas da Seção de Ortofrenia, instaladas em seis escolas do Distrito Federal; relata as dificuldades escolares das crianças, fazendo a caracterização de vários casos atendidos, e transcreve os registros dos pacientes e as explicações quanto à etiologia de cada distúrbio, bem como os encaminhamentos e soluções oferecidos.²

As primeiras clínicas de higiene mental eram compostas por técnicos distribuídos em quatro divisões ou setores especiais: social (serviços sociais, professores, visitantes), psicológico (exame psicológico de fundo mental e aptidões pedagógicas), médico (exame de fundo orgânico) e psiquiátrico (exame mais largo de todos os desajustamentos emocionais e psicológicos, desde os casos fronteira, até os

² O projeto de pesquisa com que ingressei no Programa de Pós-Graduação da FFCLRP-USP previa analisar também esse livro de Ramos; no entanto, no decorrer do curso, foi feita a opção por abordar exclusivamente *Psicanálise e educação*.

aspectos mais graves da neurose e da psicose). A análise de cada caso era feita em conjunto com o exame do lar e da escola, propondo que os pais buscassem compreender objetivamente os problemas dos filhos e assumissem suas responsabilidades na formação psicológica da prole (RAMOS, 1947, p. 22).

Nunes (2000, p. 361-362) revela que Ramos propôs a criação de círculos de pais e mães para colaborarem com o trabalho da Seção, tendo por objetivo eliminar os maus hábitos da primeira e segunda infâncias. Também estudou as características das moradias e sua influência na personalidade das crianças, assim como as atitudes dos pais, dos mais rigorosos aos mais liberais, e a interferência dos avós na educação dos netos.

No decorrer de seus trabalhos, Ramos constatou que 90% das crianças consideradas “anormais”, quando comparadas às ditas “normais”, não tinham, na verdade, qualquer tipo de anomalia mental. Sendo assim, criou a denominação “criança problema” em substituição à terminologia vigente, englobando todas as crianças com dificuldade de adaptação ao ambiente, seja o lar, seja a escola. Com isso, privilegiou um trabalho de prevenção e correção de comportamentos potencialmente fora dos padrões.³

No entender de Mokrejs (1987, p. 98), a denominação “criança problema” foi uma grande contribuição de Ramos para a educação infantil, pois redefiniu o até então empregado conceito de “anormalidade”, fundamentado em resultados de testes de inteligência. Ramos considerava que essas crianças haviam sido “anormalizadas” por seu meio, a partir do ponto de vista do adulto, numa atitude inconscientemente sádica de pais e educadores.

Criada em 1933, a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do IPE acabou fechada em 1939, em consequência do golpe de estado de Getúlio Vargas que, em 1937,

³ Alguns dos assuntos desta Introdução foram apresentados em artigo de minha autoria, recentemente publicado (SIRCILLI, 2005).

proclamou uma nova Constituição e instalou o Estado Novo. Uma nova concepção de educação passou a vigorar, desde então, cerceando a liberdade e as iniciativas dos educadores e inviabilizando os trabalhos ali desenvolvidos. Contribuíram também a aproximação da Segunda Guerra Mundial e as condições deficitárias do Brasil, em especial no Rio de Janeiro, como o colapso no setor da alimentação, a crise de habitações, os índices alarmantes de mortalidade e delinquência infantis e o problema do menor abandonado, conforme a avaliação de Ramos (1947, p. 8-9).

O interesse de Ramos pela Psicanálise começou quando ainda era estudante de medicina, podendo ser atribuído, em parte, ao seu espírito desbravador e à crença de que em tal teoria residiam soluções para vários problemas da realidade brasileira, aparentemente insolúveis. Sua simpatia pelo estudo da infância, tema que também integra o campo da Psicanálise, foi revelado em “Os suicídios de crianças (Ensaio Psicológico)”, de 1928, apresentado à Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia.

Na ocasião, Ramos exercia a função de docente da clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina da Bahia, para onde havia se mudado em 1921 para concluir seus estudos, e era o segundo secretário da referida Sociedade de Medicina, estando prestes a ocupar o cargo de médico-legista no Instituto Nina Rodrigues. A forma como dissertou sobre o suicídio infantil não deixou dúvidas quanto à sua aprovação das teorias freudianas (SILVA, 1998, p. 116), e antes de se mudar da Bahia liderou em Salvador um grupo de médicos cujo intuito era divulgar e discutir as teses psicanalíticas (MENEZES, 2003, p. 120-121).

A aproximação entre Ramos e a teoria de Freud deve ser entendida mediante o percurso de inserção da Psicanálise no Brasil, em particular no campo da educação escolar, dada a relevância histórica da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Tal

inserção, nos primeiros anos do século XX, não ocorreu tranqüilamente, realizando-se, pelo contrário, em meio a disputas ideológicas que só mais tarde culminaram na utilização dos preceitos psicanalíticos em diferentes áreas de atuação acadêmica e profissional.

Mokrejs (1993, p. 10) considera que a etapa inicial de difusão das idéias psicanalíticas no Brasil deu-se por meio de “profissionais isolados pertencentes ao meio médico”. Segundo Ribeiro (1999, p. 49-50), naquele primeiro momento predominavam as concepções organicistas de inspiração Kraepeliana⁴ e a Psicanálise ainda não era bem aceita no ambiente da medicina, embora já aparecesse em algumas manifestações de representantes da classe médica.⁵

A primeira menção ao nome de Freud foi feita em 1899, quando *A interpretação dos sonhos*, obra de Freud que acabava de ser lançada, foi citada em uma aula na Escola de Medicina da Bahia por Juliano Moreira, médico baiano formado em Psiquiatria Dinâmica na Europa, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental e autor de trabalhos publicados nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (LOPES, 2002, p. 320). Em 1914, Moreira falou sobre Psicanálise na Sociedade Brasileira de Neurologia e, em 1919, realizou uma conferência em que unia hereditariedade, doença mental e eugenia.

No Rio de Janeiro, os primeiros textos versando sobre a doutrina de Freud foram divulgados entre 1920 e 1930, sendo que em 1926 a Liga Brasileira de Higiene Mental criou uma clínica psicanalítica, por intermédio da qual vários psiquiatras lançaram

⁴ O organicismo se caracteriza pela ênfase na “causalidade biológica” como explicação para “os fenômenos psíquicos e culturais” e como justificativa para “a intervenção médica em qualquer nível” (RIBEIRO, 1999, p. 44). Emil Kraepelin (1856-1926), médico alemão sistematizador da nosografia psiquiátrica, foi responsável pela classificação de doenças mentais, tais como a demência precoce e a esquizofrenia, baseado nos critérios da sintomatologia, etiologia e evolução (CHAVES, 2001, p. 15-16).

⁵ Mokrejs (1993, p. 214) entende que as correntes organicistas foram favorecidas no Brasil pela “presença do laboratório de neuropatologia em São Paulo” e “o emprego de técnicas liquorológicas, a descoberta de somoterapias como a insulina, o cardizol e o eletrochoque”, bem como pela “ênfase sobre a biotipologia”.

ampla bibliografia sobre o tema.⁶ Em 1927, foi fundada a Sociedade Brasileira de Psicanálise, reconhecida pela Associação Internacional de Psicanálise, o que foi o primeiro grande passo da teoria freudiana no país. Outro fato marcante deu-se em 1928, quando se editou o primeiro número da *Revista Brasileira de Psicanálise*, publicação que só foi retomada, tornando-se regular, em 1967 (RIBEIRO, 1999).

Um nome de destaque nesse processo foi o fundador da Sociedade Brasileira de Psicanálise, o médico Durval Marcondes, para quem, segundo Mokrejs (1988), as teorias psicanalíticas muito beneficiariam o trabalho dos médicos, se levassem em conta os transtornos psicológicos de seus pacientes. Marcondes também chamou a atenção da classe médica para as vantagens do uso de teorias psicanalíticas para intervir em conflitos educativos, em casos de crianças com distúrbios de caráter. Em 1934, Marcondes dedicou-se com afinco à luta pela formação da Universidade de São Paulo e pela conseqüente criação das cátedras de Psicologia e Psicanálise no Curso de Medicina.⁷

Os opositores à iniciativa de Marcondes, porém, foram numerosos, por considerarem o freudismo uma perigosa ameaça ao prestígio e à credibilidade da classe médica. Entre eles, destacava-se Antônio Carlos Pacheco e Silva,⁸ que, não concordando com os princípios da Psicanálise, fechou as portas da Faculdade de Medicina de São Paulo à doutrina de Freud e seus seguidores. Pacheco e Silva foi aprovado em concurso público para a cátedra de Psiquiatria no ano de 1936, derrotando Marcondes, que também concorria à vaga (ABRÃO, 2001, p. 67).⁹

⁶ A atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental será vista no primeiro capítulo desta dissertação.

⁷ Segundo Ribeiro (1999, p. 49), Marcondes sofreu a influência de Franco da Rocha, autor da polêmica obra *O pansexualismo na doutrina de Freud*, de 1919.

⁸ Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988) foi adepto do nazismo durante a ditadura do Estado Novo. Indicado pelos representantes patronais da Associação Comercial de São Paulo, foi um dos dezessete deputados a compor a Assembléia Nacional Constituinte em 1934 (SAGAWA, 2002, p. 54).

⁹ Além de Pacheco e Silva, outros nomes fizeram oposição à Psicanálise, como José Alves Garcia, Almir Bomfim de Andrade e Renato Jardim, autores de livros contrários a Freud (RIBEIRO, 1999).

Nessa ocasião, por volta das décadas de vinte e trinta, a doutrina psicanalítica foi considerada uma especialidade da psiquiatria, sendo adotada como um “método terapêutico com técnicas que se podia utilizar no tratamento de doenças mentais”, já representando uma oposição à tendência organicista que fundamentava os trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental (RIBEIRO, 1999, p. 46).

No final da década de trinta, a doutrina de Freud começou a ganhar identidade própria, firmando-se como um novo “tipo de abordagem da doença mental”. Importante, naquele momento, foi a chegada a São Paulo da psicanalista alemã Adelheid Koch em 1937, marcando o início efetivo da formação psicanalítica no país. Cursos para a formar psicanalistas foram criados, pois se passou a entender que apenas o ensino da psiquiatria não era suficiente. Tais fatos resultaram na aceitação da Psicanálise no país, já no início da década de quarenta, quando aumentou o número de profissionais a praticá-la e houve o reconhecimento internacional, em definitivo, das Sociedades Brasileiras de Psicanálise (RIBEIRO, 1999, p. 51).

Por este breve histórico, podemos verificar que a atuação de Arthur Ramos na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental ocorreu num momento de certa indefinição quanto ao *status* da Psicanálise no Brasil. Quando Ramos teve a iniciativa de introduzir a doutrina de Freud no campo educacional, iniciando os trabalhos das clínicas de atendimento a crianças no Distrito Federal, a teses psicanalíticas ainda não gozavam de plena aceitação no país, embora o movimento de sua difusão já estivesse em andamento, bastante marcado por uma visão organicista dos problemas psicológicos.

Diante dos obstáculos postos à Psicanálise, um dos meios para sua afirmação foi integrar-se à Seção de Ortofrenia e Higiene Mental dirigida por Ramos (FACCHINETTI, 2000, p. 40). De acordo com Lopes (2002, p. 321), isso foi possível graças à aliança da psiquiatria com o poder público, visando à elaboração de projetos

preventivos de higiene nos centros urbanos, incluindo os escravos recém-libertos, os índios, os brancos pobres e os imigrantes. Nesse conjunto de iniciativas de intervenção, destacava-se a reforma educacional de Anísio Teixeira no Distrito Federal.

2. O livro *Educação e psicanálise*

A obra de Ramos é extensa, voltada não só para o campo da Psicanálise, mas também para o da Antropologia, área em que desenvolveu importantes estudos sobre o homem e o folclore brasileiros que lhe conferiram grande prestígio, dentro e fora do Brasil. Como assinala Kummer (2003, p. 94-98), Ramos frequentou comunidades negras, terreiros de umbanda e xangôs, a fim de pesquisar o negro brasileiro e seus costumes. Essas visitas resultaram em vasto material organizado no livro *O negro brasileiro*, de grande repercussão, lançado em 1934.

Ainda de acordo com Kummer (2003, p. 97-98), após *Primitivo e loucura*, sua tese de 1926, Ramos publicou *A sordície nos alienados*, em 1928, e *Estudos de psicanálise*, em 1931; os livros *Psiquiatria e psicanálise* e *Freud, Adler, Jung* são de 1933, seguidos por *Educação e psicanálise*, de 1934. Os anos seguintes continuaram produtivos, com *O folk-lore no Brasil* (1935); *As culturas negras no Novo Mundo* (1936); *Loucura e crime: questões de psiquiatria* (1937); *Saúde do espírito: higiene mental* (1938) e, fechando a década, *A criança problema: a higiene mental na escola primária* (1939).

Nos anos de 1940 vieram *A aculturação negra no Brasil* (1942); *Introdução à antropologia brasileira*, sendo o primeiro volume de 1943 e o segundo de 1947. Em 1943 também foi lançado *Guerra e relações de raça*, seguido por *As ciências sociais e*

Problemas do pós-guerra, ambos de 1944; *A organização dual entre os índios brasileiros* (1947) e, em co-autoria com Luiza Ramos, *A renda de bilros e sua aculturação no Brasil* (1948). Em 1951 surgiu, postumamente, *Estudos folk-lore: definição e limites*. Além de livros, Ramos produziu quase seiscentos artigos (KUMMER, 2003, p. 25), vários deles publicados em países como Portugal, México, Cuba, Argentina, Peru, Alemanha e Estados Unidos.

Dessa produção, destacamos como objeto de estudo neste trabalho o livro *Educação e psicanálise*, publicado em 1934 pela Companhia Editora Nacional, na cidade de São Paulo. A obra contém 182 páginas, com um prefácio, um glossário e nove capítulos, assim intitulados: “A escola nova e a psicanálise”; “Noções fundamentais da psicanálise”; “A psicologia individual e a pedagogia”; “O ponto de vista analítico-causal”; “A sexualidade infantil”; “A contra-sexualidade e o sentimento de culpa”; “As reações do recalado”; “A prática da psicanálise”; e, por fim, “Psicanálise do educador”.

Educação e psicanálise foi o volume VII da Série III – “Atualidades Pedagógicas” – da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”,¹⁰ dirigida por Fernando de Azevedo, figura de grande destaque no cenário educacional da época, sendo responsável, em 1932, pela redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento decisivo na estruturação do movimento chamado Escola Nova.¹¹

Na referida Série, o primeiro volume é do próprio Azevedo, intitulado *Novos caminhos e novos fins – a nova política de educação no Brasil*; o segundo é de autoria de John Dewey, *Como pensamos – como formar e educar o pensamento*; o terceiro é de Anísio Teixeira, *Educação progressiva – uma introdução à filosofia da educação*.

¹⁰ Monarcha (1997, p. 31-32) informa sobre outras “coleções pedagógicas” da época, no Brasil e em outros países, quando houve profusão de iniciativas semelhantes devido à expansão do mercado editorial.

¹¹ Fernando de Azevedo (1894-1974) exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública no Distrito Federal, entre 1926 e 1930, e reformou o ensino paulista em 1933; teve ainda significativa participação no movimento que levou à fundação da Universidade de São Paulo em 1934 (retirado de http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_fernandodeazevedo.htm em 4 jul. 2006).

Segundo informações da contra-capá de *Educação e psicanálise*, em seguida viriam Ed. Claparède, *A educação funcional*; Afrânio Peixoto, *Noções de história da educação*; Delgado de Carvalho, *Sociologia educacional*; e Adalbert Czerny, *O médico e a educação da criança – sete lições sobre a educação da criança*.

Como se pode perceber, *Educação e psicanálise* foi publicado em respeitável nicho editorial, figurando ao lado de nomes representativos do movimento Escola Nova, tanto em âmbito nacional quanto internacional, como Teixeira, Azevedo, Dewey e Claparède. Além disso, o livro surgiu em meio à intensa campanha movida por Ramos e outros em prol dos ensinamentos psicanalíticos. Como atesta sua trajetória profissional, era intuito do médico alagoano ver a Psicanálise aceita e respeitada, não envidando esforços para divulgá-la em tantos canais quantos fossem possíveis.

Conforme já foi aqui mencionado, Ramos, na época de publicação do livro, encontrava-se na iminência de assumir o cargo de diretor da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, órgão que logo mais seria responsável pela instalação de clínicas para estudo e tratamento de crianças escolarizadas, integrando as inovadoras iniciativas administrativas de Anísio Teixeira na área da Educação.

Essa conjunção de fatores põe em relevo *Educação e psicanálise* no conjunto da produção do autor, permitindo levantar a hipótese de que, por seu intermédio, Ramos buscou conquistar espaço no ambiente educacional para os saberes psicanalíticos, tendo em vista as dificuldades que a teoria freudiana vinha encontrando na área médica. No prefácio do livro, Ramos (1934, p. 5) considera que *Educação e psicanálise* é, “antes de tudo, um livro para educadores”, expressão bastante abrangente que permite supor que o seu conteúdo não visava apenas ao professorado, mas a um público mais amplo, envolvendo os profissionais do ensino e todos os que tivessem alguma relação profissional com o universo escolar.

É possível que o autor mirasse também os chefes de família, pais e mães, igualmente abrangidos pela expressão genérica “educadores”. No entanto, no presente trabalho não consideraremos essa possibilidade, pois, além de ser escrito em linguagem técnica, quase hermética para leigos, o livro de Ramos não traz nenhum indício de que esse tipo de leitor fosse por ele visado naquele momento. Isso fica evidente quando se compara *Educação e psicanálise* com outra publicação da época, o livro de John B. Watson, *Educação psicológica da primeira infância*, publicado no Brasil em 1928, pouco antes do trabalho de Ramos.

Nesse escrito, Watson (1928, p. 17-18) deixa claro, logo de início, que seu alvo são os pais, usando expressões tais como: “escolhi essas afortunadas mães para leitoras” e “o fim do livro será atingido, se, de qualquer maneira, ajudar a mãe compenetrada de seus deveres a criar uma criança feliz”. Endossa esta nossa observação a linguagem simples, desprovida de termos técnicos, adotada pelo autor norte-americano, como é conveniente diante desses leitores.

3. A análise de um livro-argumento

A metodologia aqui adotada para analisar o livro *Educação e psicanálise* tem como ponto de partida justamente a hipótese, acima enunciada, acerca do público-alvo de Arthur Ramos. Tomando por base as reflexões de Cunha (2005), consideramos que todo discurso pedagógico é constituído por enunciados que visam transmitir idéias e

teorias de um autor a determinados leitores, o que sugere uma relação que se assemelha à de um orador perante um auditório.¹²

Tal perspectiva de análise baseia-se nas idéias de Chaïm Perelman,¹³ particularmente as que se encontram na obra *Tratado da Argumentação*, cujo subtítulo é “a nova retórica”, escrita em co-autoria com Lucie Olbrechts-Tyteca. Nesse livro, os autores retomam a dialética, ou seja, a arte de raciocinar a partir de opiniões aceitas em geral, tal qual desenvolvido no tratado aristotélico denominado *Tópicos*. Advertem, no entanto, que preferem manter distância do termo “dialética”, o qual pode gerar certa confusão por ter servido, “durante séculos, para designar a própria lógica”, e por ter adquirido, “desde Hegel e por influência de doutrinas nele inspiradas”, significado “muito distante de seu sentido primitivo, geralmente aceito na terminologia filosófica contemporânea”. Por isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 5) preferem associar-se ao conceito de “retórica”, o qual, segundo afirmam, permite agora “reviver uma tradição gloriosa e secular”, a de argumentar.

A razão mais importante para os autores adotarem a expressão “retórica”, contudo, reside no “próprio espírito com o qual a Antiguidade se ocupou da dialética e da retórica”, pois o raciocínio dialético, mesmo “considerado paralelo ao raciocínio analítico”, diz respeito prioritariamente ao que é verossímil, ao invés de se ocupar com proposições necessárias. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 5-6) destacam, então, o fato de a dialética referir-se a “opiniões, ou seja, a teses às quais se adere com uma intensidade variável”, o que é fundamental “em todas as teorias antigas da retórica”, em

¹² Os referenciais teórico-metodológicos apresentados nesta seção têm sido objeto de estudo do Grupo de Pesquisa “Retórica e Argumentação na Pedagogia” (CNPq), coordenado pelo orientador desta dissertação.

¹³ O filósofo polonês Chaïm Perelman (1912-1984) foi um dos mais importantes estudiosos da argumentação do século XX. Além de sua obra mais importante, *Traité de l’argumentation – la nouvelle rhétorique*, de 1958, escrita com Lucie Olbrechts-Tyteca, publicou também *Rhétorique et Philosophie* em 1952, *Justice et Raison* em 1963 e *Le Champ de l’argumentation* em 1970 (retirado de <http://www.vusst.hr/encyclopaedia/perelman/htm> em 4 jul. 2006). Sobre o autor, ver também Maneli (2004).

que se destaca o valor do auditório e do opinável em qualquer argumentação, conforme estudou Aristóteles nos *Tópicos*.

A “nova retórica” é um instrumento particularmente útil ao tipo de pesquisa que desenvolvemos porque não focaliza a argumentação oral, dirigida à multidão reunida numa praça, como ocorria na antiga Grécia, mas privilegia textos impressos, permitindo compreender os mecanismos do pensamento e da estrutura da argumentação, sem diferenciar entre uma apresentação “pela palavra ou pela escrita”. O que se mantém da retórica tradicional, essencialmente, é a noção de auditório, automaticamente evocada quando se pensa em um discurso. Afinal, como estabelecem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 7), o discurso oral é concebido tendo em vista um auditório, e o mesmo pode ser dito quanto aos livros. Muito embora não haja a presença material de leitores, todo texto escrito é elaborado de forma a sensibilizá-los, fazendo com que o conteúdo dialogue com os que o lêem.

No *Tratado da argumentação*, os autores definem auditório “como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 22). Por esse motivo, os textos escritos são passíveis de serem analisados como peças argumentativas que, mesmo quando dirigidas a um auditório específico, podem pretender a adesão de outros ouvintes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, p. 21). Como exemplo, pode ser citado o caso de um deputado que, ao falar no congresso, dirige-se aos presentes, mas está procurando convencer também a opinião pública de seu país.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 37) consideram também que, embora geralmente pareça dirigida a um auditório único e genérico, o chamado “auditório universal”, a argumentação pode conter elementos persuasivos voltados a “auditórios particulares”, cuja existência desempenha papel decisivo na articulação do discurso. A

análise de peças argumentativas, como é um livro, por exemplo, deve levar em conta o pressuposto dos auditórios particulares que se ocultam na aparência de um auditório universal, que é, na verdade, uma imagem idealizada pelo orador para conferir generalidade a suas teses.

A hipótese norteadora do presente trabalho é a de que Arthur Ramos, com seu *Educação e psicanálise*, assumiu a tarefa de comunicar suas idéias a diversos auditórios, ou seja, a leitores munidos de variadas disposições em relação às concepções psicanalíticas que seriam aplicadas nos trabalhos da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Assim, seu livro pode ser visto como um livro-argumento, cuja articulação discursiva tem o intuito de persuadir os intelectuais a quem se dirigia, aqueles que detinham o poder administrativo e político, especialmente no campo educacional. Consideramos que a intenção de Ramos era criar ou ampliar a esfera de adesão desses intelectuais à Psicanálise, bem como afastar eventuais resistências à aplicação da doutrina psicanalítica nos assuntos escolares.

O primeiro capítulo desta dissertação terá por base essa hipótese, buscando construir, portanto, uma imagem das disposições dos auditórios que Ramos possivelmente buscou contemplar com seu livro. Desde o início do século XX, esses auditórios vinham se constituindo sob uma idéia comum, a defesa da necessidade de introduzir inovações no ensino brasileiro. Sendo assim, pode-se dizer que Ramos escreveu para um auditório universal, pois os diversos setores sociais interessados em modificar o quadro da educação nacional pensavam e atuavam de maneira semelhante, inclusive fazendo-se representar na mesma entidade associativa, a Associação Brasileira de Educação, ABE, fundada em 1924 (CARVALHO, 1998).

Desse modo, a expressão “movimento educacional renovador” pode ser empregada para caracterizar o auditório universal de Ramos. Julgamos procedente,

porém, distinguir entre as diferentes correntes de pensamento da época, destacando os seguintes auditórios particulares: os “escolanovistas”, também designados pela literatura especializada como “liberais”, dentre os quais incluíam-se os adeptos das idéias de Anísio Teixeira, cujos fundamentos encontravam-se na filosofia de John Dewey; os “católicos”, pensadores e ativistas influentes na sociedade e na área da educação, que se tornaram francos opositores dos liberais após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932; e os “higienistas”, intelectuais atuantes em prol de melhorar a saúde física e mental do povo brasileiro, adotando, por vezes, a defesa de ideais eugênicos de aprimoramento da “raça”.

Nesta Introdução, bem como nos capítulos deste trabalho, iremos nos referir a esses três auditórios particulares como “possíveis” interlocutores de Ramos, uma vez que se trata de uma elaboração *a priori*, a qual só poderá ser discutida mediante a análise do discurso expresso pelo autor em *Educação e psicanálise*, o que será feito justamente nos capítulos segundo e terceiro desta dissertação. Somente após essa análise é que será viável concluir algo a respeito dos interlocutores de Ramos, por ele mesmo revelados, segundo a nossa interpretação, nas páginas de seu livro. O assunto, portanto, será retomado em nossas considerações finais.

O segundo e o terceiro capítulos do presente trabalho consistirão em discorrer sobre o livro de Ramos, no que seguiremos os referenciais sugeridos pelo *Tratado da argumentação*, em que se encontra um farto arsenal de técnicas para elucidar discursos de variados campos do conhecimento, em especial daqueles que envolvem argumentações de natureza filosófica, geralmente “consideradas as mais ‘racionais’ possíveis” porque se presumem dirigidas “a leitores sobre os quais a sugestão, a pressão, ou interesse tem pouca ascendência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 8-9)

Os autores do *Tratado* defendem que as mesmas técnicas argumentativas encontram-se tanto em uma discussão familiar quanto em um debate que se desenrola em ambiente especializado. O que lhes interessa investigar são as diversas estratégias presentes nos discursos que visam “obter a adesão dos espíritos”, o condicionamento do auditório mediante o discurso, a ordem na qual os argumentos são apresentados para se fazerem eficazes. No presente trabalho, nosso intuito será compreender as técnicas discursivas empregadas por Arthur Ramos em *Educação e psicanálise*, considerando que sua intenção era apresentar as teses psicanalíticas como ferramentas agregadoras de benefícios para a escola, uma vez que acreditava que “a intromissão da Psicanálise na Pedagogia é perfeitamente válida” (RAMOS, 1934, p. 15).

Nosso procedimento não consistirá em julgar a propriedade das idéias de Ramos frente à Psicanálise ou às doutrinas de seus seguidores, verificando se Ramos foi, ou não, fiel a tais conhecimentos. Nosso intuito é tão-somente analisar o modo como o autor articulou tais conhecimentos mediante as temáticas da educação brasileira a que se refere, tendo em vista os leitores a que se dirigia. Também não pretendemos julgar a coerência entre o texto e as ações de Arthur Ramos, nem mesmo a sua fidelidade aos paradigmas científicos conclamados para implementar suas práticas. Nosso propósito é tentar compreender a maneira como o autor conciliava as explicações oriundas da Psicanálise, conforme ele as via, com outros saberes, próprios da visão socializadora da educação renovada que vinculava os problemas educacionais à esfera da vida social, de acordo com o discurso predominante na época.

O que faremos, em suma, será tentar explanar, com clareza e precisão, o raciocínio desenvolvido por Ramos diante das teorias a que recorre quando se põe a pensar os problemas educacionais de seu tempo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreender o encadeamento argumentativo do discurso do autor, conforme se lê em

seu livro, o que significa investigar a maneira como são congregadas por ele as teorias de um campo, a Psicanálise – conforme ele as via, é importante frisar –, com os problemas concretos de outro, a Educação.

Assim, no segundo capítulo desta dissertação, procuraremos delinear a primeira tese defendida por Arthur Ramos, a de que a Psicanálise consiste em um corpo de conhecimentos valioso para o campo educacional, seja para aprimorá-lo teoricamente, seja para implementar suas práticas concretas. Segundo a nossa interpretação, com esse discurso o autor posiciona seus argumentos no âmago das concepções defendidas pelo movimento educacional renovador, em particular no que tange à idéia de que a meta prioritária da educação consiste na socialização dos educandos.

No terceiro capítulo, buscaremos mostrar a estratégia utilizada por Ramos para argumentar a favor de uma segunda tese, acerca da teoria da sexualidade proposta por Freud, defendendo a necessidade de sua presença no campo educacional. Possivelmente por ser este um assunto polêmico e delicado aos olhos de seus auditórios, veremos que Ramos lança mão de uma hábil estratégia para expor essa tese, fazendo, antes, uma explanação das idéias de Adler, teórico dissidente do pensador vienense.

Consideramos que o autor assim procede para solidificar seu compromisso com os ideais socializadores do escolanovismo, para, só depois, estrategicamente, retornar ao assunto da sexualidade, desta feita procurando também associá-la aos objetivos sociais da pedagogia renovada. Nesse mesmo capítulo, analisaremos também a visão de Ramos sobre a aplicabilidade da Psicanálise à pedagogia, terreno em que, segundo defende, a teoria da sexualidade deve ser considerada.

Nesses dois últimos capítulos, nossa meta é evidenciar os recursos argumentativos adotados por Ramos na defesa de suas idéias, sempre tendo em vista que seus pronunciamentos se fazem perante determinados auditórios. Nesse exercício de

interpretação, não nos compete fazer qualquer tipo de crítica contra as idéias e pretensões do autor, mas sim compreender o discurso com que buscou sensibilizar os seus leitores; ou seja, pretendemos efetuar uma análise retórica de sua argumentação.

Nesses dois capítulos, apresentaremos a obra de Ramos seguindo a ordem em que os argumentos se sucedem, o que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 556), não pode ser desconsiderado, pois se trata de um recurso que interfere nas disposições do auditório, afetando sua maior ou menor adesão às teses propostas. Se não chega a causar modificações irremediáveis nas crenças do público, a ordenação do discurso com certeza não deixa o ouvinte indiferente, constituindo, portanto, uma relevante estratégia argumentativa.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 557) apresentam vários elementos a serem considerados na análise da ordem do discurso, dos quais destacamos a “situação argumentativa”, ou seja, as possibilidades vislumbradas pelo orador, tendo em vista o que já foi discutido anteriormente, e o “condicionamento do auditório”, o que diz respeito a eventuais mudanças de atitude geradas pelo próprio discurso. Os autores ressaltam que a ordem dos argumentos é sempre subordinada às intenções persuasivas de seu autor, exprimindo seu desejo de “ressaltar novas premissas, de dar presença a certos elementos e de obter certos envolvimento” do interlocutor.

O orador seleciona e ordena os argumentos que acredita serem os melhores para capturar a atenção e a adesão do leitor, de maneira a levá-lo à conclusão desejável. A ordem dos elementos, portanto, não deve ser vista como “simples permutação”, pois, como ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 560), os argumentos são como “enunciados distintos que interagem, mas que podemos dispor com grande margem de liberdade”. Assim, por exemplo, o elogio a uma personalidade pode preceder ou suceder a afirmação de que seus procedimentos devem servir de modelo, o que será decisivo

para o que se quer concluir. Outra tática igualmente útil é quando, diante de idéias que podem despertar a rejeição dos ouvintes, se retarda a formulação de uma tese, com a esperança de criar, assim, melhores condições para sua aceitação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, p. 564).

Levando em conta os norteamentos aqui delineados, nossa análise buscará localizar essas e outras estratégias em *Educação e psicanálise*, tomando o texto na ordem em que se desenvolvem os seus capítulos, na tentativa de compreendê-lo como um encadeamento argumentativo. Desse modo, analisando a ordenação de suas partes, buscaremos mostrar que o livro de Ramos constitui um *corpus* persuasivo, ou seja, que se trata de um livro-argumento que pretende levar o leitor à aceitação de teses favoráveis à presença da teoria psicanalítica nas práticas educacionais.

Ainda no que tange à nossa metodologia, cabe esclarecer que, segundo Cunha (2005), a análise de discursos pedagógicos sempre envolve considerar o contexto em que determinado orador se manifesta. O contexto, porém, não deve ser uma construção elaborada à parte do texto, como um elemento externo que o pesquisador organiza arbitrariamente a título de situar o objeto que investiga.

O contexto tanto pode ser formado por fatores econômicos ou culturais de uma época, dentro de um quadro mais geral e abrangente, quanto por dados mais restritos, como uma dissidência entre agrupamentos ideológicos, por exemplo; de qualquer maneira, o elemento decisivo para definir um contexto é sempre o texto, ou seja, as articulações do discurso que se faz, invariavelmente, perante as disposições de determinados auditórios. Por esse motivo, os dados relativos ao contexto serão apresentados, nesta dissertação, na medida em que formos discorrendo acerca dos auditórios a que Ramos se dirigia, segundo a hipótese acima delineada.

Capítulo I

Os auditórios

No início do século XX, no Brasil, as idéias de Sigmund Freud encontravam resistências em muitos setores da sociedade, sendo que as principais críticas vinham do campo da Medicina e de setores ligados à Igreja Católica. A trajetória profissional de Arthur Ramos mostra que a ele interessava ver propagadas as teorias psicanalíticas, pois desde o início de sua carreira, na Bahia, realizou inúmeras tentativas para difundi-las. Na seção de 29 de abril de 1931 da Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria, por exemplo, Ramos obteve a consagração de um único voto favorável à oficialização da Psicanálise (SILVA, 1998, p. 22).

A partir de 1931, o autor deslocou seu foco intelectual para o estudo da criança e das manifestações da cultura popular sob o ponto de vista da Psicanálise, da Psiquiatria e da Antropologia. Naquele ano, relançou uma de suas obras, *A sordice nos alienados – ensaio de uma psico-patologia da imundície*, publicada originalmente em 1928, a renomeando como *Estudos de psicanálise*. Em nota explicativa ao final do volume, Ramos diz que o conteúdo ali exposto suscitou tanto admiração quanto críticas. As mais fortes vieram de membros da Igreja Católica, obrigando-o a defender-se com o argumento de que a Psicanálise não estava em contradição com nenhuma religião ou atitude filosófica. Afirmou categoricamente, citando diversos autores franceses, que “não há, nunca houve nenhuma incompatibilidade entre a Psicanálise e o catolicismo” (LOPES, 2002, p. 327-328).

A chegada de Ramos ao Rio de Janeiro, em 1933, foi marcada por sua aproximação de figuras de grande destaque no cenário educacional, como Anísio

Teixeira e seu colaborador Afrânio Peixoto¹⁴ (LOPES, 2002 p. 325). No prefácio de *Educação e psicanálise*, datado agosto daquele ano, Ramos (1934, p. 6) creditou a Peixoto a publicação do trabalho, afirmando que “a lembrança deste livro cabe ao meu eminente mestre e amigo, o prof. Afrânio Peixoto”, o qual, “com seu interesse sempre alerta pelas coisas da educação, me sugeriu que compendiasse o que a Psicanálise tem feito nesse particular das suas aplicações à Pedagogia”.

Talvez as palavras de Peixoto não tenham atuado apenas como uma “lembrança” a Ramos, mas sim como a indicação de uma necessidade, a de expor à intelectualidade da época o potencial da Psicanálise na Educação, a título de contribuir para os debates em torno da renovação educacional pretendida pelo grupo liderado por Anísio Teixeira. Uma vez convicto da relevância da tarefa, Ramos tinha diante de si diversos auditórios com quem dialogar e a quem persuadir, pois os intelectuais brasileiros estavam organizados em diferentes agrupamentos, cada qual dotado de uma disposição política e filosófica e distintos modos de compreender e propor soluções para os problemas educacionais.

O objetivo do presente capítulo é esboçar as características desses agrupamentos, a que denominamos auditórios, seguindo a fundamentação teórica exposta na Introdução deste trabalho. Trataremos dos “escolanovistas”, dos “católicos” e dos “higienistas”, cada qual caracterizado segundo a literatura especializada, construindo um quadro a ser analisado mediante os argumentos expostos por Ramos no livro *Educação e psicanálise*, conforme veremos nos próximos capítulos.

¹⁴ Afrânio Peixoto (1876-1947), então diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, era proeminente na área de medicina legal e estudioso das relações entre as raças, clima e degeneração nos trópicos. Acreditava que alguns indivíduos eram geneticamente inclinados ao crime e, dessa forma, projetou uma ampla reforma do ensino que refletia a crença de que a degeneração racial poderia ser revertida por intermédio de melhorias científicas na saúde e educação (DÁVILA, 2003, p. 4).

1. Os escolanovistas

Quando Arthur Ramos chegou à capital federal, em 1933, algumas ocorrências significativas no âmbito educacional já haviam ocorrido, contribuindo para firmar as linhas gerais do ideário escolanovista. O movimento chamado Escola Nova vinha sendo introduzido no país desde a década anterior, uma época marcada por intensa movimentação intelectual em torno do ensino, fato que influenciou os acontecimentos das décadas seguintes.

Nos anos vinte, houve sensível articulação do pensamento liberal que, segundo Patto (1990, p. 53-55), procurava explicar “as diferenças entre as raças e os grupos”, bem como “as diferenças de rendimento escolar presentes entre as classes sociais”, acreditando que o progresso social de cada indivíduo era pautado apenas em “aptidões naturais”. Aos preceitos do movimento escolanovista aliou-se a “psicologia das diferenças individuais”, fazendo germinar a idéia de que a atuação da escola devia ser baseada na mensuração de características individuais. Foi quando os testes psicológicos começaram a proliferar, sendo rapidamente introduzidos nas instituições de ensino.

O ideário liberal no Brasil não passou de artifício verbal, pois, como diz Patto (1999, p. 56), seus propagadores ignoravam a realidade social do país, bem distinta da européia, em que se inspiravam. Nos anos da Primeira República (1889-1930), a política brasileira era marcada pela manipulação do voto pelas elites, garantindo o domínio dos “coronéis”. Embora o discurso predominante se auto-intitulasse “democrático-liberal”, as práticas continuavam exibindo um caráter autoritário e elitista, guardando ainda forte semelhança com o Império, quando a escola era privilégio de poucos.

A década de 1920, porém, representou o início de significativas transformações nos centros urbanos, como o avanço da industrialização, o aumento das camadas médias e a urbanização, resultando num quadro de mobilização de vários segmentos da sociedade civil. A insatisfação com a política vigente fez com que aflorassem movimentos sociais em muitas regiões e setores, motivando reformas educacionais fundamentadas em princípios oriundos da Europa e dos Estados Unidos (NAGLE, 2001).

Ainda segundo Patto (1999, p. 58), o movimento escolanovista encontrou espaço no Brasil por conceber “a escola como uma instituição de vanguarda nas mudanças sociais democratizantes”. O ideário da Escola Nova teve grande impulso a partir da década de 1930, quando o governo Vargas, pautado na industrialização e na urbanização, passou a incentivar o espírito inovador no campo da educação escolar.

No ano anterior à chegada de Ramos ao Rio, fora publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que, segundo Cunha (2002, p. 277), resultou da dissidência entre dois grupos, o dos “liberais” e o dos “católicos”, por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação promovida pela Associação Brasileira de Educação, ABE, em 1931. Tal documento, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários intelectuais de destaque, propunha uma escola pública laica, obrigatória, gratuita e norteada por princípios de co-educação, a ser gerida pelo Estado.

O Manifesto (AZEVEDO, 1932) tecia considerações quanto aos fundamentos filosóficos da nova pedagogia e apresentava um “plano de reconstrução nacional”, abrangendo desde o jardim de infância até o ensino superior, propondo articular “outras instituições da comunidade” em torno da escola. Sugeria uma educação que levasse o indivíduo a desenvolver seus potenciais e, assim, aplicá-los à sua comunidade, objetivando o progresso da sociedade. A instituição de ensino seria como um organismo

vivo dentro de uma estrutura social em que todos tomariam parte na solução dos problemas, como numa “comunidade em miniatura”. Os métodos pedagógicos deviam incluir o trabalho como “elemento formador”, privilegiando as atividades em grupo como meio de preparação para as atividades sociais em geral.

Ainda de acordo com Cunha (2002), o Manifesto continha críticas à desarticulação do sistema educacional: de um lado havia o ensino primário e o ensino profissional e, de outro, o secundário e o superior. Esse dualismo era visto como prejudicial à classe popular, pois condenava seus filhos a profissões manuais, enquanto atendia aos interesses da classe média, contribuindo para perpetuar as desigualdades sociais. O Manifesto procurava atacar a desigualdade entre as classes sociais, ao propor um sistema de ensino unificado que evitasse separar os trabalhadores manuais dos intelectuais e que suprimisse o caráter profissionalizante do ensino primário.

Outro fato marcante do movimento escolanovista foi a publicação, em 1930, de *Introdução ao estudo da escola nova*, livro de Lourenço Filho classificado por Nunes (2000) como “a obra-prima do pensamento escolanovista no país”.¹⁵ Nesse trabalho, Lourenço Filho (1931, p. 17-18) explana sobre as diferenças entre a pedagogia tradicional e a Escola Nova: a primeira, compreendendo um sistema fechado, de conhecimentos estáticos, e a segunda, privilegiando a formação de espíritos críticos e criadores, em busca do desenvolvimento de capacidades e aptidões, pautada em uma “nova compreensão das necessidades da infância, inspiradas em conclusões de estudos da biologia e da psicologia”, expandindo-se também para uma compreensão das relações da escola com as demandas da vida social.

O auditório escolanovista, portanto, já se encontrava praticamente constituído quando Ramos recebeu de Afrânio Peixoto, em 1933, a sugestão de escrever um livro

¹⁵ Manuel B. Lourenço Filho (1897-1970), jornalista, professor de pedagogia, tradutor e introdutor do pensamento de Durkheim no Brasil, foi o organizador da primeira escola ativa de São Paulo, a Escola “Rio Branco” (NUNES, 2000, p. 191-192).

sobre as contribuições da Psicanálise à Educação. Mas é preciso destacar que esse auditório não era homogêneo, nem mesmo no cenário internacional, pois congregava defensores de diversas concepções filosóficas e educacionais. Como diz Fernando de Azevedo (1958, p. 179-180), a expressão “educação nova” era tão “vaga e imprecisa no seu conteúdo” que “podia abranger todas as formas de educação que levassem em conta as correntes pedagógicas modernas e as necessidades das crianças”.

Segundo Azevedo, havia ao menos “duas formas de educação nova”, sendo a primeira “inspirada pelas novas idéias biopsicológicas da criança e nas concepções funcionais da educação”, e segunda, “ligada à evolução dos conhecimentos e das idéias sociais e sugerida por uma concepção mais nítida do papel da escola como instituição social”; ao passo que uma continha “tendências individualistas, tomando como ponto de partida o indivíduo para a organização da escola”, a outra seguia uma “orientação social e às vezes mesmo socialista, partindo da comunidade para a formação do indivíduo”.

Cunha (1999b, p. 50) considera que o escolanovismo brasileiro também não exibia feição homogênea. Sua tendência predominante de pensamento desenvolveu-se em maior consonância com uma visão socializadora da educação inclinada a colocar em primeiro plano o potencial civilizador da escola, enfatizando a necessidade de submissão do indivíduo à ordem social, por meio de um discurso racionalizador do ofício docente e das práticas escolares. Nessa perspectiva, chegou-se a sugerir o método taylorista baseado na organização racional do trabalho, como recurso para alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e esforço, no intuito de controlar o trabalho dos professores, levando a um modelo de eficiência assemelhado ao das fábricas.

No que diz respeito às relações da escola com a comunidade, prevaleceu no escolanovismo brasileiro o mesmo espírito racionalizador, colocando-se a instituição de

ensino como espaço privilegiado de socialização e normalização da ordem vigente. A família, por exemplo, era vista como inadequada para educar seus filhos; medidas higiênicas foram implementadas visando manter os corpos dos alunos dentro dos “padrões de limpeza exigidos”; as mentes dos escolares deviam ser estudadas por meio de apurados instrumentos psicológicos e psicopedagógicos, e os professores, treinados para usar as técnicas mais recentes da Pedagogia (CUNHA, 1999a, p. 250).

Cunha (1999a) considera, porém, que as idéias de Anísio Teixeira diferiam dessa visão hegemônica, devido à sua fundamentação na filosofia de John Dewey.¹⁶ Sendo assim, é possível que Arthur Ramos tenha buscado com seu livro focalizar, com particular atenção, o auditório formado pelos intelectuais mais próximos de Teixeira. Afinal, a Psicanálise seria introduzida na educação, como de fato ocorreu, por meio das clínicas de higiene mental instaladas nas escolas do Rio de Janeiro, sob o comando de Teixeira e seu grupo.

Anísio Teixeira foi o principal, senão o primeiro, introdutor das idéias de John Dewey no Brasil, no final da década de 1920. Em 1934, publicou o livro *Educação progressiva* (TEIXEIRA, 1971),¹⁷ no qual sintetizou e discutiu as concepções do filósofo norte-americano. Dewey teve marcante influência no movimento escolanovista no país, pois suas idéias repercutiram na mentalidade de muitos dos intelectuais envolvidos com a renovação educacional, contribuindo para conferir ao ideário renovador características diferentes da visão predominante, marcada por traços racionalizadores.

As idéias deweyanas constituem uma filosofia que procura romper dicotomias, como a que se estabelece entre indivíduo e sociedade, pois Dewey acredita na escola

¹⁶ John Dewey (1859-1952), filósofo e educador estadunidense, trabalhou na Universidade de Michigan entre 1884 e 1894, na Universidade de Chicago de 1894 a 1904 e na Universidade de Columbia de 1905 a 1930, onde se aposentou como professor emérito (CUNHA, 1994).

¹⁷ Após 1967, esse livro passou a ser publicado com o título *Pequena introdução à filosofia da educação*.

como meio de integrar o homem à sociedade, respeitando suas aptidões naturais, valorizando a lógica da criança para educá-la de modo espontâneo. Para o autor, a escola deve ser um espaço planejado para funções educativas reguladoras, que eliminem aspectos negativos do ambiente e estimulem a mudança do padrão mental do educando, por intermédio do conhecimento científico.

Na visão deweyana, tal pedagogia é estruturada num *curriculum* que proporcione ao educando a integração de seus valores individuais com os sociais. Dewey critica a oposição entre a educação tradicional, que enfatiza a disciplina e a rigidez dos métodos, e a educação renovada, que privilegia exclusivamente o desenvolvimento psicológico da criança. Para ele, o respeito às particularidades de cada criança não pode ser desacompanhado de metas direcionadas à sua socialização (CUNHA, 1999a, p. 253-254). Mas o direcionamento dado pela escola não pode ser uma imposição externa, mas sim uma “libertação do processo vital para o seu mais completo e adequado desenvolvimento” (DEWEY, 1978, p. 51-52).

Desse modo, sob a inspiração de John Dewey, articulou-se um novo modo de pensar a educação, buscando o equilíbrio entre o indivíduo e suas particularidades psicológicas, de um lado, e as exigências da sociedade em que vive, de outro. Levar em conta as singularidades de cada indivíduo era decisivo, sem, contudo, perder de vista o real objetivo da educação, que é preparar o educando para a vida em sociedade (CUNHA, 1999a, p. 251-252).

Na concepção deweyana, educar não é simplesmente transmitir conteúdos a serem reproduzidos pelos estudantes. Além disso, considera-se que o conhecimento, por si só, não basta, devendo estar em sintonia com a cultura à qual o indivíduo pertence. Para Dewey, ensinar significa ministrar saberes em conexão com o ambiente do educando, e não deixar livre o aprendiz para “inventar a ciência”, pois isso em nada

contribui para o seu desenvolvimento social e cultural. Na teoria de Dewey, merece destaque o conceito de democracia, que é menos um sistema político que um modo de vida, pois diz respeito às condições de igualdade vigentes em um agrupamento social, quando cada membro exerce sua cidadania de forma responsável, sempre guiado por objetivos comuns (CUNHA, 1994, p. 54).

Quanto ao professor, seu papel é diferente do que lhe é atribuído na pedagogia tradicional e mesmo em algumas pedagogias renovadas. Na concepção deweyana, sua função consiste em fazer com que os conteúdos escolares sejam relacionados às experiências cotidianas dos alunos. Ao se deparar com problemas a serem resolvidos em sala de aula, o educando deve sentir-se estimulado a desenvolver sua criatividade e espírito crítico, tornando-se capaz de fazer escolhas e, conseqüentemente, tornar-se um adulto consciente do ambiente que o cerca (DEWEY, 1978, p. 47-49). Dewey possui um discurso humanizador, pregando que, junto aos modernos meios de produção e os recursos científicos, deve estar presente a filosofia, para que seja possível pensar o homem e seu destino.

Inspirado nessas idéias, Anísio Teixeira não desvinculava a ciência da filosofia. Na década de 1950, quando ocupou o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, fez do órgão uma agência de pesquisa sobre a situação educacional brasileira. Seu objetivo era diagnosticar problemas de forma objetiva, com base em dados quantificáveis e, assim, criar métodos para sua solução. Entretanto, para Teixeira, a ciência não era uma fórmula pronta, visto constituir um conhecimento provisório, não definitivo. Teixeira via a ciência como instrumento para melhorar a nossa compreensão da vida e, conseqüentemente, aprimorar a educação (CUNHA, 1999b, p. 44-45).

Em Cunha (1999b), vemos que a filosofia deweyana pode ser compreendida não como formuladora de verdades, mas de perspectivas. Sua base é uma “teoria da

investigação”, em que o pensamento e a reflexão sirvam para livrar o homem da alienação e fazer dele um indivíduo livre e apto a cumprir seu papel na sociedade, o que significa contribuir para transformar a ordem social existente em uma ordem mais justa e equilibrada para todos os homens.

Em linhas gerais, eram essas as concepções de Anísio Teixeira, e nelas a Psicologia tinha papel de grande destaque, como ciência dedicada a compreender não o indivíduo, exclusivamente, mas as suas relações com o meio social. Naquele início dos anos trinta, os intelectuais brasileiros e a opinião pública em geral consideravam que o país estava em processo de acelerada reconstrução, especialmente com o novo governo recém-instituído. Havia a expectativa de que a educação solucionaria os problemas nacionais, levando o Brasil a se modernizar e progredir. A busca pelas novidades que as sociedades mais desenvolvidas tinham à sua disposição era incessante, e assim a ciência, em particular a Psicologia, ocupava o centro das discussões das mais prestigiadas mentes do país.

Conforme esclarece Antunes (2004, p. 110-112), a Psicologia desenvolvida na Europa e, mais tarde, nos Estados Unidos encontrou ventos favoráveis à sua expansão no Brasil, pois aqui se buscava construir uma nova nação, um novo homem, o que, acreditava-se, seria alcançado por intermédio da educação escolar. Tal crença foi impulsionada pelo movimento escolanovista que, segundo a autora, configurou-se como uma das “expressões das concepções humanistas modernas na educação”, buscando na “ciência psicológica uma de suas mais importantes bases de sustentação”, ajudando a Psicologia a se firmar como “área específica de conhecimento”.

A Psicologia foi estabelecida como disciplina autônoma em 1890, na reforma do ensino promovida por Benjamim Constant, que transformou a disciplina “Filosofia” em “Psicologia e Lógica”, a qual, mais adiante, se desdobrou em “Psicologia” e

“Pedagogia” nas Escolas Normais. Para Antunes (2004, p. 114-115), essas Escolas foram a base para a introdução da Pedagogia nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde a Psicologia se estabeleceu como matéria de ensino superior, o mesmo ocorrendo no curso de Filosofia. As cátedras de Psicologia e Pedagogia foram responsáveis por impulsionar a produção de pesquisas e o lançamento de inúmeras obras escritas por professores das Escolas Normais.

Ribeiro (1999, p. 29) não desvincula as trajetórias da Psicologia e da Psiquiatria, no Brasil, evidenciando a interdisciplinaridade em torno do tema da Saúde Mental. Foram os psiquiatras que desenvolveram os primeiros trabalhos científicos de Psicologia, que resultaram em teses defendidas nos cursos de Medicina. Os primeiros a se autodenominarem psicólogos foram os mesmos médicos pioneiros da Psiquiatria e da Psicanálise, cujos campos de atuação eram os laboratórios das instituições psiquiátricas.

No campo da educação, vale destacar que Anísio Teixeira, por ocasião do lançamento de seu livro *Educação progressiva*, em 1934, declarou sua fé nos benefícios e contribuições da Psicologia às práticas pedagógicas: “Uma das ciências que mais devem concorrer para a educação...”, diz Ramos (1934, p. 25), reproduzindo a dedicatória do autor, a quem chama de “espírito novo e original da pedagogia brasileira”. Anísio Teixeira via a Psicologia como uma ciência cujo alcance poderia ir muito além do estudo da mente, pois se tratava, para ele, de um meio de compreensão dos processos sociais que permeiam toda sociedade.

Em carta de dois de janeiro de 1937, Teixeira escreveu que Arthur Ramos “projetou definitivamente, entre nós, a Psicologia para o seu grande campo de legítima aplicação – a sociedade”, e caracterizou a Psicologia como “sobretudo um método de interpretação social” (BARROS, 2000, p.16), destacando a relevância da ciência psicológica na compreensão das relações entre indivíduo e sociedade.

Ao que tudo indica, Teixeira e Ramos partilhavam a mesma crença quanto às potencialidades da Psicologia na Educação, no sentido de minorar, ou mesmo sanar, os problemas sociais, por meio de providências no âmbito educacional. Segundo Nunes (2000), Teixeira acreditava que a identificação das aptidões individuais levaria ao aproveitamento máximo das potencialidades de cada um, permitindo o crescimento pessoal e, em última instância, a reorganização da sociedade.

Tal crença o teria aproximado de Arthur Ramos, que se interessava pelo estudo do modo de vida das classes sociais pobres, no intuito de formular propostas preventivas e corretivas na esfera da vida escolar e familiar. Assim, colocaram em prática um projeto educacional que buscava desenvolver estudos sobre as crianças escolarizadas, com o objetivo de classificá-las segundo seu potencial intelectual e aptidão, possibilitando tratar aquelas que apresentassem problemas de aprendizagem.

A administração do ensino no Distrito Federal, na gestão de Teixeira, desempenhou papel de destaque no cenário político-social da época. De acordo com Dávila (2003, p. 137-138), quando teve início a reforma anisiana, aproximadamente um terço das crianças entre seis e doze anos não freqüentava a escola, em virtude da saturação dos sistemas de ensino público e particular. Com o plano de Teixeira, vinte e nove novas escolas foram construídas; escolas situadas em bairros periféricos e em localidades prósperas, como Copacabana, passaram a atender moradores pobres, fazendo com que o número de crianças matriculadas crescesse significativamente, passando de 84.539 para 106.707.

Além disso, inspirado na escola americana, Anísio Teixeira transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, o qual passou a ministrar aulas para os níveis primário e secundário, sendo que este último visava preparar alunos para a escola de professores, que era de nível universitário. O objetivo era implantar práticas inovadoras

na atividade docente, dentro de padrões profissionais e científicos modernos (DÁVILA, 2003, p. 103-109).

Dávila (2003, p. 134) informa ainda que uma das maiores inovações da administração anisiana foi o Instituto de Pesquisas Educacionais, IPE, cujos departamentos empregaram muitos “estudiosos da raça”, tornando-se um referencial no assunto. No IPE, as práticas antropológicas e médicas e as teorias psicológicas eram associadas aos programas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental dirigida por Arthur Ramos.

2. Os católicos

O segundo auditório relevante na época em que Ramos publicou *Educação e psicanálise* era o dos católicos, francos oponentes dos escolanovistas, em especial dos adeptos das teses deweyanas. Essa oposição tornou-se acirrada com a publicação, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, acima mencionado, documento que serviu para firmar as convicções de um dos grupos que atuavam no movimento educacional renovador, os chamados liberais, contrariando os interesses e as concepções filosóficas dos intelectuais ligados à Igreja Católica (CUNHA, 2002, p. 277).

Cunha e Costa (2002, p. 120) afirmam que o estopim do conflito foi a proposta do Manifesto de suprimir o ensino religioso nas escolas, pois os católicos acreditavam que tal medida levaria a sociedade brasileira ao suicídio moral e biológico. O conflito, embora apaziguado pela Constituição de 1934, persistiu nas décadas seguintes, chegando aos debates que levaram à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Os católicos entendiam que as propostas dos escolanovistas, norteadas pela crença no poder da ciência e pela ênfase no progresso material da sociedade, induziam aos extremismos da modernidade e, conseqüentemente, incentivavam o materialismo, a perseguição religiosa e a total paganização da sociedade. O grupo católico considerava a Igreja uma agência de educação por excelência, devido à ordem recebida de Cristo e à sua missão de espiritualizar o homem. Para eles, somente uma educação espiritualizada seria capaz de conduzir a nação e a humanidade a um destino seguro, sempre apoiado em ideais cristãos. Nessa perspectiva, o escolanovismo era associado ao laicismo, o qual fatalmente conduziria a nação ao comunismo¹⁸ (CUNHA; COSTA, 2002, p. 120).

No entender de Cunha e Costa (2002), o grupo dos católicos era formado por intelectuais com dois perfis distintos: do primeiro faziam parte os mais conservadores, que atacavam abertamente as novas concepções educacionais; no segundo encontravam-se os menos tradicionalistas, que procuravam absorver alguns dos princípios da pedagogia renovada, atribuindo-lhes, no entanto, uma feição mais próxima ao cristianismo.

Tristão de Athayde,¹⁹ maior expoente do pensamento católico conservador e líder do combate ao pensamento liberal, tecia críticas a pensadores nacionais e estrangeiros, entre eles John Dewey, desaprovando suas idéias pedagógicas por considerá-las desprovidas de princípios objetivos e ideais fixos oriundos de uma concepção total da vida. Acusava-o de não possuir uma ciência normativa das ações humanas, ao rejeitar toda a consideração pelo sobrenatural, pelo transcendente, pelo universal e fixo na existência. O foco deweyano na ação era considerado destrutivo para

¹⁸ No âmbito filosófico, laicismo significava “negação de verdades imutáveis e pré-estabelecidas”; no plano educacional, significava “fins educativos unicamente apoiados em necessidades sociais” (CUNHA; COSTA, 2002, p. 134).

¹⁹ Tristão de Athayde (1893-1983), cujo nome era Alceu Amoroso Lima, dividia a pedagogia católica, mais tarde chamada de “pedagogia integral”, em três momentos, que correspondiam à formação física, na qual “preparamos nosso poder”; intelectual, na qual “preparamos o nosso conhecer”; e moral, na qual “preparamos o nosso dever” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 62).

o ideal de progresso, por desprezar os princípios fundamentais das coisas. Em última instância, a crítica que pesava sobre Dewey era a de não ter uma filosofia baseada na religião, pois privilegiava a situação momentânea como fundamental no processo educacional, ao invés de subordinar os procedimentos e a realidade pedagógica a ideais humanos imutáveis, pilares da filosofia católica (CUNHA; COSTA, 2002, p. 121-122).

A Igreja brasileira viu-se forçada a tomar algumas medidas com o objetivo de evitar que o professorado fosse influenciado pelos ideais escolanovistas. De acordo com Cunha e Costa (2002, p. 122), os católicos organizaram Congressos Eucarísticos; criaram a Liga Eleitoral Católica, mais tarde transformada em Confederação Católica Brasileira; criaram associações de professores católicos que buscavam capacitar os educadores a fazerem frente ao oficialismo pedagógico dos escolanovistas. Na área das publicações, a Igreja editava livros e revistas destinados a ensinar a pedagogia de acordo com a sua visão religiosa, os quais também serviam para apontar os equívocos da Escola Nova e seus autores. Por fim, foi criado o Instituto Católico de Ensino Superior, com o objetivo de difundir a crença de que a ordem e a plenitude só voltariam ao plano natural dos conhecimentos quando a metafísica exercesse papel orientador de todas as formas de ciência.

Contudo, segundo Ghiraldelli Júnior (2003, p. 56), no decorrer dos anos de 1930 surgiu uma corrente simpática a certas idéias do movimento renovador. Sendo assim, é possível que o livro de Arthur Ramos tenha visado manter alguma interlocução com esse auditório católico menos conservador, no qual um nome de destaque era o de Everardo Backheuser, proponente uma pedagogia católica mediada pelo tradicionalismo e a Escola Nova.²⁰ Backheuser via como positiva a Psicologia, um dos pilares da Escola Nova, que, ao lado da Biologia e das Ciências Sociais, considerava uma “ciência

²⁰ Everardo Backheuser (1879-1951) foi professor da Politécnica; organizador e diretor do Museu Pedagógico no Distrito Federal (cargo que ocupou a convite de Fernando de Azevedo) e presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 56).

fundamental à Pedagogia”; e analisava três doutrinas distintas: a Psicologia Elementar de Wundt, o Behaviorismo de Watson e a Psicanálise de Freud (ERRERIAS, 2000, p. 61).

Dessas correntes, admirava apenas a de Wundt, “uma louvável tentativa para fazer ciência”, julgando o Behaviorismo de Watson insatisfatório por reduzir o objeto da Psicologia “a reações em face do estímulo do meio” (ERRERIAS, 2000, p. 62-63). Quanto à Psicanálise, fazia restrições pontuais, como a de que somente os meninos recém-nascidos sentiam prazer com o aleitamento materno, pois entendia que o mesmo também podia ocorrer com as meninas.

Backheuser também questionava o fato de alguns escolanovistas serem admiradores de Freud e Rousseau ao mesmo tempo, sendo que o primeiro via a criança como um ser que traria “em gérmen todas as perversões”, enquanto o segundo acreditava na “teoria do bom selvagem”, na bondade como característica inerente ao ser humano passível de ser corrompido pela sociedade. Para Backheuser, o correto seria dizer que a criança tem dentro de si “duas fontes de gérmen”, partindo do pressuposto católico segundo o qual “a origem divina da humanidade é corrompida pelo pecado original”. Além do mais, apontava o fato de Freud ter sido alvo de críticas vindas de seus próprios discípulos, que julgavam não ser “a libido, espécie de *instinto sexual*, a única causa propulsora de *todas* as ações humanas”.

O pensador católico elogiava a Psicologia Individual de Adler,²¹ para a qual previa grande repercussão pedagógica, pois propiciaria “o cultivo dos sentimentos sociais”, visto que tomava “como princípio dos ‘movimentos morais do homem’ o

²¹ O austríaco Alfred Adler (1870-1937) formou-se médico em 1895 em Viena. Em 1902 juntou-se a Freud, Kahane, Reitler e Stekel para formar um grupo de debates que se transformaria na primeira sociedade psicanalítica. Teve grande influência junto a professores, conselheiros escolares e educadores. Suas teorias sobre o complexo de inferioridade, o protesto masculino e o valor do ambiente social constituíram importante ajuda a profissionais que lidam com problemas humanos (SELESNICK, 1981, p. 96-105).

sentimento egoísta, o desejo de predomínio”, no intuito de propiciar um “antídoto para a supremacia egoísta” existente na criança. Contudo, qualificava a doutrina adleriana como insuficiente, por não reconhecer que há na criança outras inclinações, além das que se originam do sentimento de mando (ERRERIAS, 2000, p.63).

Backheuser também tecia críticas à doutrina psicanalítica heterodoxa de Jung, por considerá-la permeada pelo tema da sexualidade elaborado por Freud. Na sua visão, a teoria jungiana resumia os tipos psicológicos a somente dois, os extrovertidos e os introvertidos, admitindo “dominantes psicológicas de caráter coletivo ou superindividual”.

Segundo a interpretação de Errerias (2000, p. 64), as críticas elaboradas por Backheuser às correntes da Psicologia, em especial suas discordâncias ante a Psicanálise e o Behaviorismo, tinham o intuito de “desqualificar tais teorias junto ao professorado”, para colocar em primeiro plano a Gestalt, ou Psicologia Estruturalista, como a única aceitável no campo pedagógico, devido à interpretação que lhe dava o pensamento católico, aproximando-a dos princípios religiosos da Escolástica.

3. Os higienistas

O terceiro auditório a ser considerado na análise do livro *Educação e psicanálise* é o dos higienistas, pois em setembro de 1933, recém-chegado ao Rio de Janeiro, Ramos filiou-se à Liga Brasileira de Higiene Mental, LBHM,²² (SILVA, 1998, p. 119), onde, em seguida, realizou uma conferência intitulada “A psicanálise infantil e sua

²² Segundo Arthur Ramos (1939, p. 21-22), Ligas e Conselhos de Higiene Mental foram fundados no Canadá, em 1918; na França, em 1920; na Bélgica, em 1921; na Inglaterra, em 1923, mesmo ano em que o serviço foi fundado no Brasil pelo psiquiatra Gustavo Reidel. Do objetivo inicial, que era o da prevenção de doenças mentais, passou ao estudo do homem normal em relação aos seus desajustamentos, fossem eles de ordem social, emocional, doméstico ou cultural.

importância na higiene mental e na Pedagogia”. Esse trabalho, que já fora publicado com pequenas variações, um ano antes, no periódico *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, com o título “A técnica da psicanálise infantil”, foi depois incorporado pelo autor a *Educação e psicanálise*, dando origem ao capítulo “A prática da psicanálise” (ABRÃO, 2001, p. 102).

Ramos é tido como um dos expoentes do higienismo no Brasil, mas é preciso esclarecer que o movimento da Higiene Mental dividia-se em duas vertentes. A primeira, definida como “política”, era eugênica, ligada a concepções nazistas de “purificação da raça”, abordando, entre outros temas, a prevenção de doenças, como o alcoolismo. A segunda foi criada e desenvolvida por Durval Marcondes em São Paulo e pelo próprio Ramos, no Rio de Janeiro, visando atuar em escolas primárias, no atendimento a crianças que necessitassem de intervenção psicológica, para isso aplicando conhecimentos da Psicanálise (ABRÃO, 2001, p. 113).

Para entender esse outro auditório a que Ramos possivelmente se remetia, é preciso recorrer à história dos conceitos de eugenia e higienismo, os quais tiveram origem na Europa, segundo Boarini (2003, p. 22-23), nos embates da nascente classe burguesa contra o clero e a nobreza, especialmente em torno do conceito de estado de natureza, elaborado para justificar ou negar a organização de uma dada sociedade. A burguesia emergente valeu-se do argumento de que todos os homens são iguais por natureza e lutou pela equiparação civil e jurídico-formal entre os homens. A nobreza também recorreu à idéia de natureza para combater os propósitos da burguesia e justificar a desigualdade social entre classes e raças.

Boarini (2003, p. 24-25) também informa que no século XIX surgiu a importante obra de Gobineau, *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*, que defendia haver uma diferença essencial, sob todos os aspectos, entre as diferentes raças que

formam a sociedade; para o autor, algumas são sempre inferiores, só servindo para o trabalho escravo ou como “bestas de tiro a serviço das raças superiores”, constituindo exceção a raça branca, para a qual a miscigenação era negativa, levando à alteração de tipos puros em prol de uma sub-raça decadente e degenerada.

Quando *A origem das espécies* de Charles Darwin veio a público, essas teorias perderam a força de argumentação, mas não a popularidade. As elaborações darwinianas serviram para que correntes científicas conservadoras justificassem as desigualdades sociais. Expressões como “o mais forte”, “o mais inteligente”, “seleção natural” e outras passaram a ser usadas para explicar “o comportamento da sociedade humana em uma transposição mecânica e linear de uma concepção natural-biológica” (BOARINI, 2003, p. 24-25).

Boarini (2003, p. 25-26) também destaca a importância de Francis Galton, que, partindo dos estudos de Darwin, criou teorias sobre a suposta hereditariedade da inteligência, sistematizando o estudo dos “fatores colocados sob o controle da sociedade que podem melhorar, bem ou mal, as qualidades da raça – físicas ou mentais – das futuras gerações”. Galton chamou esse estudo de eugenia, “higiene da raça”, devendo constituir “a verdadeira religião do futuro, a ciência da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem”, sendo capaz de “dotá-lo de qualidades ótimas”, fornecendo “elementos de paz na família, na sociedade e na humanidade”.

O termo eugenia tem origem grega e significa a fusão de *eu* (boa) e *genus* (geração), tendo sido cunhado pelo próprio Galton em 1883. Sua obra *Hereditary genius* contém as principais idéias sobre essa área de estudo e busca torná-la uma ciência biológica fundamentada nas teorias darwinianas, prometendo “elevação moral e felicidade aos povos que atentarem para o necessário controle da hereditariedade dos tipos inferiores”. A eugenia dita “positiva” estimularia os nascimentos desejáveis e

desencorajaria a união e a procriação dos “tarados e degenerados”, os tipos nocivos à sociedade. A eugenia “negativa” faria a categorização de tipos como “os tuberculosos, as sífilíticas, as alcoolistas, as epiléticas, as alienadas”, e outros considerados indesejáveis. As teorias de Galton tiveram conseqüências científicas e sociais, atingindo vários países e obtendo grande aceitação (BOARINI, 2003, p. 28-29).

Nas últimas décadas do século XIX europeu houve intenso deslocamento populacional do campo para as cidades, devido ao desenvolvimento da industrialização. A classe trabalhadora vivia em condições miseráveis e as doenças proliferavam. As más condições de moradia, as longas jornadas de trabalho de mulheres e crianças, a grande incidência de acidentes de trabalho e a insalubridade das fábricas fizeram surgir as teses da necessidade da educação higiênica, voltada especialmente para as camadas mais pobres da sociedade. Foi a época das grandes cruzadas em favor da higiene: higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física e educação sanitária (BOARINI, 2003, p. 31-36).

A higiene pessoal e coletiva tornou-se não só uma “necessidade rotineira, mas um imperativo de ordem social” e, mais ainda, “uma necessidade instituída pelo desenvolvimento da civilização” (BOARINI, 2003, p. 36-37). Acreditava-se que o cerne da falta de higiene residia na deliberação individual, ficando assim ocultados os fatores sociais envolvidos no problema. A higiene passou a ser vista como solução não só para doenças físicas, mas também para as chamadas doenças psíquicas, que afetavam os bons costumes e a moral. A higienização, enfim, tornou-se um imperativo psíquico e moral.

Na Inglaterra, em 1912, a Universidade de Londres convocou o I Congresso de Eugenia, que contou com personalidades de destaque de toda a Europa; dez anos mais tarde, Nova York sediou também um evento internacional desse mesmo tipo; na

Alemanha, com a ascensão de Hitler, chegou-se a criar um Tribunal Eugênico (BOARINI, 2003, p. 29-30). As motivações desse movimento, segundo Boarini (2003, p. 30-31), podem ser explicadas pela idéia “de que a grandiosidade e o fortalecimento de uma nação” têm “relação direta com a perfeição física e moral do seu povo”, resultando em “nítida confusão entre a determinação biológica e a construção histórico-social da humanidade”.

No Brasil, “um dos mais importantes publicistas da eugenia” foi o médico Renato Kehl, um admirador de Esparta, considerada por ele uma nação de homens fortes e corajosos que “procurava eliminar as criaturas débeis e inválidas, ditava aos pais que legassem aos filhos, não riquezas, mas saúde e robustez” (BOARINI, 2003, p. 26-27). Em evento realizado em Nova York em 1932, Kehl apresentou o trabalho intitulado *Medidas para estimular a fecundidade dos tipos superiores*.

A exemplo de muitos países em que foram criadas associações, ligas, comitês e outras instituições com finalidades de higienização e eugeniização do povo, no Brasil surgiram a Liga Paulista de Higiene Mental, a Liga de Defesa Nacional, a Comissão Central Brasileira de Eugenia, a Liga Pró-Saneamento, o Departamento Nacional de Saúde Pública e a Liga Brasileira de Higiene Mental, LBHM, fundada em janeiro de 1923 (MAI, 2003, p. 51-53).

A LBHM merece especial atenção porque, conforme já foi mencionado, a ela filiou-se Arthur Ramos em 1933, assim que chegou ao Rio de Janeiro. Ribeiro (2003, p. 72-75) explica que a LBHM foi criada com o objetivo de aprimorar a assistência psiquiátrica e melhorar o atendimento aos doentes mentais, vinculando suas ações à educação, à orientação familiar, ao serviço social e, em especial, ao combate ao alcoolismo. A Liga atuou na busca do aperfeiçoamento moral dos indivíduos e do melhoramento da saúde mental da população, para isso incluindo em seus domínios

uma destacada preocupação com a educação e a criança, em virtude do caráter preventivo de suas ações.

Não tardou, porém, para que a LBHM incorporasse às suas práticas os preceitos da eugenia, que, respaldados pela psiquiatria organicista, consideravam o brasileiro “ocioso e cheio de vícios devido à miscigenação racial”, justificando as causas das doenças mentais com o apoio de “um biologismo pseudo-científico”. Professores das Escolas Normais, que também eram médicos associados à Liga, repassavam para suas alunas os ideais eugênicos durante as suas aulas, formando as futuras professoras de educação infantil segundo tais concepções (RIBEIRO, 2003, p. 72-75).

Tal ideologia eugênica teve grande repercussão sobre os intelectuais brasileiros nas três primeiras décadas do século XX, os quais passaram a discutir a “constituição étnica do povo brasileiro”. A partir do final dos anos vinte, as ações da LBHM, bem como as de toda uma corrente de psiquiatras brasileiros, sofreu a influência do pensamento político predominante que se deixara seduzir pelo nazismo, sucumbindo aos preconceitos da época. A eugenia encontrou espaço no Brasil porque o país se encontrava em meio a revoltas sociais e crises econômicas, o que se devia, pensavam os intelectuais, ao “clima tropical” e à “constituição étnica do povo”. Assim, de acordo com tal raciocínio, o país não progredia devido à mistura de raças (RIBEIRO, 1999, p. 25-26).

Na mentalidade dominante entre os intelectuais da época, considerava-se que o país se desenvolveria melhor se adquirisse consciência sanitária e cívica, se os brasileiros soubessem cuidar de sua saúde física e psíquica, tornando-se aptos para o trabalho e a cidadania. Por isso, o lar era visto “como o meio mais adequado para a formação do caráter da infância e da mocidade, cuja integridade moral depende, quase exclusivamente, da direção recebida dos pais”; na impossibilidade de os pais ficarem

com seus filhos em tempo integral, a professora era vista como “uma segunda mãe” (BOARINI, 2003, p. 39).

A “educação em saúde” passou a ser um tema freqüente nas rádios e nos jornais e a escola era vista como um lugar importante para a aplicação dos preceitos da higiene e da eugenia. Foram realizados vários eventos sobre o tema, como os Congressos Brasileiros de Higiene, o Congresso Brasileiro de Eugenia e os Congressos Nacionais de Saúde Escolar. Além disso, foram distribuídos panfletos para a população, com o objetivo de informar sobre questões sanitárias; foram criados prêmios e concursos para estimular a produção de conhecimentos, como o Concurso de Eugenia de 1929, que elegeu a “primeira brasileira eugenizada” do país (MAI, 2003, p. 64-65).

A mulher tinha um papel de destaque nesse movimento. Da Silva (2003, p. 156-157) explica que a Higiene Mental a considerava peça decisiva na construção de uma sociedade melhor, especialmente se desempenhasse bem a sua “função materna”. As Ligas de Higiene lançavam propagandas para as mães, buscando disseminar conhecimentos sobre o desenvolvimento motor, intelectual, moral e afetivo dos pequenos, encorajando-as a dispensar uma educação “amorosa e compreensiva” aos filhos, sem castigos ou reprovações. Os higienistas não as deixavam esquecer que a maior parte dos traços de caráter do adulto são formadas durante a infância, influenciadas pelo ambiente e pela hereditariedade.

Portanto, seja pela função de mãe, esposa ou professora, o discurso dos higienistas era endereçado às mulheres, fato que punha em evidência a importância da criança para o movimento. Conseqüentemente, a Psicanálise interessava aos higienistas, por mostrar a importância da educação sexual, vista como “um meio de impor uma moralização dos instintos e a imposição de uma liberdade adequada em lugar da repressão e da licenciosidade”. A educação sexual seria um aliado na prevenção das

doenças venéreas, como a sífilis, causadora de distúrbios nervosos, um dos “flagelos nacionais”. A educação sexual conduziria o homem a uma vida regrada, moralmente aceitável (DA SILVA, 2003, p. 158-161).

As atividades das Ligas de Higiene Mental foram extintas por completo, quando a Constituição de 1934, ao adotar os preceitos higiênicos em seu capítulo da Saúde Pública, tornou o estado responsável pela implementação de políticas de higiene e saúde. Desse modo, quando Arthur Ramos publicou *Educação e psicanálise*, o movimento higienista já tinha sua força diminuída, embora suas idéias certamente continuassem exercendo influência na sociedade brasileira.

Capítulo II

A tese da Psicanálise na Educação

Diante do que foi exposto no capítulo precedente deste trabalho, consideramos a hipótese de que Arthur Ramos, ao escrever *Educação e psicanálise*, tinha diante de si um auditório universal composto pelos adeptos do movimento de renovação da educação brasileira, em que se destacavam os auditórios particulares a que denominamos escolanovista, católico e higienista. Segundo os referenciais teórico-metodológicos por nós adotados, entendemos que Ramos pode ter elaborado seu livro dirigindo-se a esses auditórios, em busca de defender a tese da validade de introduzir a Psicanálise no campo educacional.

Dentre as vertentes teóricas e filosóficas dos escolanovistas, é possível que o médico alagoano tivesse especial interesse em manter interlocução com os intelectuais mais próximos das idéias de John Dewey, como era o caso de Anísio Teixeira, que o havia convidado a ocupar um cargo na administração pública. Logo no primeiro capítulo do livro, “A escola nova e a psicanálise”, há uma referência explícita ao conceito deweyano de “reorganização da experiência”, dizendo Ramos (1934, p. 14) que sua formulação representava “em suma todo o processo educativo, segundo Dewey”, e que, para a sua consolidação, “muito estavam a contribuir as novas correntes psicológicas, com os conceitos de finalidade, tendência, sentido etc.”

O objetivo deste capítulo é tentar compreender as estratégias argumentativas postas em ação por Ramos para defender a tese do valor da Psicanálise, uma das “novas correntes psicológicas”, no campo educacional. Acreditamos que o autor tenha visado

privilegiadamente os escolanovistas deweyanos, mas buscaremos identificar no texto do livro eventuais indícios de outros auditórios também contemplados.

1. A dissociação de noções

Em defesa de sua tese, no primeiro capítulo do livro Ramos explana acerca das principais noções da Psicanálise, sem pormenorizar determinados aspectos da teoria, limitando-se a indicar suas contribuições gerais para a educação renovada. Nesse discurso, o autor faz uso de uma técnica chamada “dissociação de noções”, na qual a argumentação se constrói por meio de pares conceituais antitéticos, opostos entre si.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 472-473) esses pares dão origem a “pares filosóficos”, em que o segundo termo (Termo II) assume a função de critério para distinguir o que é válido do que não é, servindo de parâmetro para julgar o primeiro termo (Termo I), que se torna, nessa relação, sinônimo de falso, enganoso.

Graficamente, esses termos são assim dispostos:

Termo I .
Termo II

Nossa interpretação sugere que o par filosófico ordenador do discurso de Ramos é formado pelos termos

Tradicional ,
Novo

que possuía grande apelo persuasivo perante os escolanovistas em geral. Esse par é construído, no livro de Ramos, ao longo de uma extensa argumentação que utiliza vários conjuntos de noções, a começar pela área da Educação, na qual o autor se posiciona favoravelmente à “escola nova”, em oposição à “escola tradicional”. Enquanto a primeira, no entender de Ramos, tem como característica o respeito à personalidade da criança, a segunda, com programas escolares rígidos e inflexíveis, não respeita a lógica do pensamento infantil e as particularidades de cada criança.

Ramos (1934, p. 10-11), nesse caso, opera com o par

Adulto ,
Infantil

em que o segundo termo, superior ao primeiro, dá sustentação às novas visões pedagógicas. O autor explica a noção de “psicologia afetiva” que, junto ao conceito de “pré-lógica” de Lévy-Bruhl,²³ sustenta a analogia entre a “criança” e o “selvagem”, rompendo com a idéia de que a psique infantil se assemelha à do adulto. Considerando que as percepções, representações, associações de idéias e processos lógicos têm leis próprias, Ramos entende que no primitivo a percepção é baseada em elementos emocionais e motores, o que Lévy-Bruhl denominou “mística no sentido de crença em forças, em influências circundantes”.

Para Ramos, no pensamento primitivo a lógica emocional é a regra, motivo pelo qual o selvagem julga-se capaz de influenciar o universo e todas as coisas móveis e imóveis que o rodeiam. Tais dados, continua o autor, foram aplicados à psicologia

²³ Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), filósofo e sociólogo francês, dedicou-se aos estudos das sociedades primitivas no século XX. Segundo sua teoria, os homens das sociedades pouco diferenciadas têm uma mentalidade pré-lógica não submetida aos princípios de contradição e causalidade, mas baseada em representações míticas (retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/lucien_L%C3%A9vy-Bruhl em 28 mar. 2006).

infantil por Jean Piaget,²⁴ que concluiu que o selvagem e a criança têm um raciocínio pré-lógico, uma lógica peculiar, descoberta que se tornou altamente relevante para a nova pedagogia (RAMOS, 1934, p. 11-12).

O autor prossegue, aludindo a estudos de tipologia que chegaram aos extremos da individualização psicológica, e argumenta que o problema do indivíduo e sua conseqüente reação perante a sociedade deve ser firmemente encarado pela Pedagogia. Introduz, então, o par

Coletivo ,
Individual

mostrando-se favorável a um modelo de ensino que respeite as particularidades individuais, em especial as da criança, em detrimento de um ensino coletivizado. Evoca as novas correntes da Pedagogia assumidas pelo escolanovismo, caracterizadas pelo respeito à personalidade da criança, dizendo que na nova escola “o ensino deve visar as tendências, o interesse, a atividade do escolar”, e que “este programa novo, especialmente das correntes de Dewey e Kilpatrick foi sintetizado por Anísio Teixeira”, qualificado como “o jovem e eminente representante desta orientação pedagógica no Brasil” (RAMOS, 1934, p. 13).

Nessa nova visão pedagógica, o centro do processo educacional é a criança, não mais o mestre. Ao professor cabe o papel de guia, um orientador tão sutil que o educando não percebe estar sendo conduzido, cabendo à autoridade exterior ceder lugar à experiência do aluno e aproveitar as tendências, o interesse e a atividade próprios do escolar. É imprescindível observar “as tendências individuais” e orientá-las “da melhor

²⁴ Jean Piaget (1896-1980) realizou importantes pesquisas que contribuíram para a educação, revelando que o conhecimento lógico-matemático consiste em verdadeira criação e construção por parte do indivíduo; destacou que a criança, na troca permanente com o meio, introduz os objetos em sistemas de relações cada vez mais complexas e reversíveis (MONTROYA, 2004, p. 161-162).

maneira possível, aproveitando a experiência adquirida da humanidade” (RAMOS, 1934, p. 14).

Os pares utilizados por Ramos,

Adulto e Coletivo ,
Infantil Individual

em que os segundos termos se sobrepõem aos primeiros, sugerem que o discurso do autor esteja se posicionando de encontro a concepções largamente sustentadas pelo auditório escolanovista, segundo as quais o objetivo da educação é contribuir para metas sociais, seja numa perspectiva de manutenção, seja numa vertente de transformação social. Por isso, Ramos toma o cuidado de dizer: “Dirigindo-se ao indivíduo, a educação visa, porém, a sociedade. E o seu esforço último estará em obter do mesmo o máximo rendimento social”. Assim, fica afastada a tendência do par filosófico

Sociedade
Indivíduo

e, em seu lugar, fica estabelecida a adesão do autor a

Indivíduo ,
Sociedade

o que o coloca em sintonia com a mentalidade predominante no movimento educacional renovador, tanto entre os escolanovistas quanto entre os higienistas.

Por meio dessa operação, Ramos se posiciona decisivamente como aliado da pedagogia “nova”, em oposição à pedagogia “tradicional”, podendo iniciar a defesa da

tese de que a Psicanálise constitui um instrumento útil à nova educação. Seu argumento reside em que, ao privilegiar a criança e seu universo particular, constituído por sentimentos e por um pensamento pré-lógico, a educação nova precisa arregimentar meios adequados para compreender a psique infantil e educá-la, para com isso atingir a meta de reordenar a sociedade, o que só será possível com a adoção da Psicanálise, que é o melhor recurso para estudar o inconsciente, revelando os mecanismos psíquicos que o compõem.

Esse raciocínio não é incompatível com o par

Indivíduo ,
Sociedade

uma vez que apenas sugere a necessidade de ferramentas adequadas para compreender o Termo I, indivíduo, de modo a colocá-lo a serviço do Termo II, sociedade.

2. O argumento de prestígio

Para tornar ainda mais persuasiva a sua tese do valor da Psicanálise na Educação, Arthur Ramos explica vários conceitos psicanalíticos, destacando sua aplicabilidade às práticas pedagógicas. No decorrer desse discurso, faz uso do “argumento de autoridade ou prestígio”, um modo de argumentar que consiste em utilizar atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo como meio de prova a favor de uma idéia.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 348-350), em vez de constituir a única prova, com freqüência o argumento de autoridade vem complementar uma rica argumentação. Essa característica encontra-se no texto de Ramos, em que as referências

a diversos autores trazem força e confiabilidade a explicações sobre os conceitos psicanalíticos e seus benefícios à Educação.

A Psicanálise, diz Ramos (1934, p. 14-15), fornece um método de estudo que propicia a resolução de certas situações pedagógicas “difíceis”, que seriam insolúveis sem o seu auxílio. O autor afirma que o movimento da Pedagogia de orientação psicanalítica já é bem vasto, e cita, como exemplo, um trabalho publicado na revista *Scientia* em 1913, no qual Freud teria mostrado que há “o interesse da psicanálise em múltiplos domínios – na filologia, na biologia, na história da evolução e na história da civilização, na estética, na sociologia, e por fim, na pedagogia” (RAMOS, 1934, p. 21).

Nessa passagem do livro, o autor assinala que Freud teria também delineado “os pontos principais de uma educação baseada na psicanálise”, que são “o recalçamento excessivo e as suas conseqüências pedagógicas”, o conhecimento preciso da “sexualidade infantil (as manifestações pré-genitais da libido, o narcisismo, o complexo de Édipo...)” e o papel desempenhado pela “sublimação”.

Ramos também destaca a contribuição de Oskar Pfister,²⁵ mostrado como um dos pioneiros dessa abordagem. Entre os movimentos dissidentes da Psicanálise, o autor menciona especialmente Alfred Adler e sua psicologia infantil, que “tem fornecido à Pedagogia um auxílio de valor” (RAMOS, 1934, p. 24).²⁶

Com o objetivo de corroborar a tese de que “a Psicanálise é uma ciência que veio para ficar”, Ramos enumera ainda uma série de dados que sustentam os avanços de uma Pedagogia psicanalítica no Brasil. São eles: o trabalho de Ernani Lopes, desenvolvido desde 1926 à frente da Liga Brasileira de Higiene Mental, com um serviço de Psicanálise; a presença de Porto Carrero, grande propagandista dessa teoria em

²⁵ Oskar Pfister (1873-1956), segundo Zulliger (1981, p. 198-199), foi o primeiro educador a reconhecer a importância da Psicanálise na educação. Deu início à educação psicanalítica, da qual, mais tarde, desenvolveu-se a análise infantil, e introduziu as idéias de Freud na Suíça.

²⁶ A menção a Adler é feita de passagem, nesse momento do livro, sendo retomada adiante, como veremos, compondo elemento de grande destaque na argumentação de Ramos.

entrevistas à imprensa, tendo produzido vários estudos, entre os quais a conferência “Psicanálise e Educação” e a tese “O caráter do escolar”, na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba em 1927; a atuação de Deodato de Moraes, que divulgou em 1927 as principais noções da doutrina de Freud para o professorado; a contribuição de Afrânio Peixoto, que dedicou uma página ao freudismo em seu livro *História da educação*, no qual reconhece “elementos valiosos de apreciação e utilidade” à Pedagogia; a opinião de Anísio Teixeira de que a Psicanálise é uma das “ciências que mais devem concorrer para a educação...” (RAMOS, 1934, p. 25).

Segundo interpretamos, esses dados sobre pessoas, instituições e eventos são apresentados por causa de seu significativo valor entre a intelectualidade da época. A Liga Brasileira de Higiene Mental era reconhecida não só pelos higienistas, mas por todos os que se encontravam envolvidos na luta pela melhoria da educação brasileira; as Conferências Nacionais de Educação eram promovidas pela Associação Brasileira de Educação, ABE, que congregava profissionais de diversas áreas, todos empenhados na renovação educacional; Afrânio Peixoto e Anísio Teixeira eram nomes de destaque no cenário administrativo da educação, sendo colocados ao lado de Porto Carrero,²⁷ figura importante no campo da medicina.

As “autoridades” conclamadas por Arthur Ramos contribuem para formar uma estratégia argumentativa que visa conferir prestígio à tese da presença da Psicanálise na Educação, uma vez que se dirigiam diretamente os auditórios escolanovista e higienista, relevantes naquela ocasião, conforme vimos anteriormente desta dissertação.

²⁷ Júlio Pires Porto Carrero (1887-1937) escreveu sobre diversos temas pertinentes à Higiene Mental, tais como educação sexual, alcoolismo e mestiçagem, visando à difusão de idéias eugênicas com fundamentação psicanalítica (MOKREJS, 1989, p. 12).

3. As definições

O Capítulo II de *Educação e psicanálise*, intitulado “Noções fundamentais de psicanálise”, aborda a origem da teoria freudiana e seus fundamentos, tendo por objetivo complementar o capítulo anterior, desta feita esclarecendo acerca da utilidade das concepções psicanalíticas na prática pedagógica, em especial no trabalho com alunos classificados como “difíceis”. Assim, ao lado de aprofundamentos teóricos, são feitas explicações que buscam mostrar o aspecto utilitário da Psicanálise.

Nesse capítulo, encontram-se algumas estratégias argumentativas, igualmente destinadas a obter a adesão do auditório formado pelos que militam no movimento educacional renovador. Uma delas é o recurso às “definições”, o qual, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 241), serve para justificar ou valorizar um determinado argumento, podendo, também, ser parte constitutiva do próprio argumento.

Ramos (1934, p. 31) utiliza a inserção de definições para estabelecer o tratamento analítico como eficaz no combate ao “recalcamento”, conceito que é, segundo ele, a “pedra angular” da Psicanálise. O autor explica que o recalcamento integra o processo geral de defesas da personalidade, das forças de inibição que tendem a excluir do plano consciente todo processo mental que possa despertar “um sentimento desagradável de desprazer”.

O argumento diz que “salvaguardando a personalidade de afetos e emoções molestas, ou de impulsos primitivos em oposição com o *eu* social, o recalcamento expulsa ou reprime todo o processo mental desagradável”, o que impede “a irrupção destas forças na consciência”. O conceito é de “extraordinária importância” para a Pedagogia, diz Ramos (1934, p. 32), pois “as forças de recalcamento” podem “conduzir

ou a reações excessivas com modificações caracteriológicas ou a distúrbios neuróticos, de mais graves conseqüências”.

O capítulo apresenta densa carga de definições, todas elas com a mesma característica que se pode observar nesse discurso sobre o recalçamento. Os termos definidos são sempre apresentados como relevantes no âmbito da teoria psicanalítica e, também, na composição das ferramentas práticas à disposição dos educadores. Com isso, Ramos pretende mostrar que a Psicanálise tem forte embasamento conceitual e, além disso, que possui estofo no que tange a aplicações concretas no campo educacional.

O autor explica que o novo método terapêutico consiste em sobrepujar o conflito entre as idéias recalçadas no inconsciente e o eu do neurótico, o que significa analisar psicologicamente os sintomas, os sinais que denotam satisfação substitutiva dos desejos e afetos inconscientes. Ao afastar a censura e vencer a resistência, o tratamento analítico põe fim ao recalçamento, diz Ramos (1934, p. 32-33), razão pela qual a Psicanálise é útil ao trabalho com alunos classificados como “difíceis”, pois os sintomas do recalçamento são a causa das dificuldades escolares.

Para dar maior credibilidade a seu argumento, Ramos destaca que o método “psico-catártico” busca descobrir os acontecimentos traumáticos de data mais ou menos recente, causadores das “nevroses”. Segundo o autor, Freud conseguiu vencer esse quadro patológico, penetrando profundamente no inconsciente, em pleno domínio do material recalçado.

Nessa explicação, Ramos (1934, p. 36-41), aborda vários conceitos, como associação livre, análise de sonhos e interpretação de atos falhos, e explica a divisão do aparelho psíquico em “id”, responsável pelo inconsciente recalçado e hereditário, produzindo impulsos primitivos, amorais e desordenados da personalidade; “ego”, o

controlador de tais impulsos, modificando as tendências primitivas, adaptando-as e traduzindo-as para sujeitá-las “ao princípio da realidade”; e “super-ego”, que assiste a relação do “id” com o “ego”, evitando que “irrompam no ego os impulsos perigosos e anárquicos do id”.

4. O adiamento de uma definição

Arthur Ramos conceitua o “super-ego”, segundo Freud, dizendo tratar-se do herdeiro do complexo de Édipo, uma instância psíquica que representa as forças coercivas morais contidas na autoridade paterna, religiosa e social. Essa explanação vem associada ao tema da sexualidade, invocando a importância do fator sexual nos episódios inconscientes da vida infantil, o que serve para colocar a teoria de Freud, mais uma vez, no âmbito da Pedagogia, diz o autor (RAMOS, 1934, p. 34-35).

Mas o assunto, que ocupa posição central na teoria freudiana, não é aprofundado por Ramos nesse momento do livro, o Capítulo II. Ao contrário do que seria de esperar, ao invés de fazê-lo logo na continuidade, em seção imediatamente subsequente, o autor se volta para outro teórico, que não Freud, deixando para retomar a sexualidade mais adiante. Esse desvio pode ser interpretado como uma estratégia de adiamento de definição, adotada talvez pelo fato de o assunto merecer cuidados argumentativos especiais, dado o seu potencial para arregimentar oposições nos vários auditórios a que Ramos se dirige.²⁸

Conforme procuraremos mostrar oportunamente, a sexualidade constitui uma importante tese de *Educação e psicanálise*, ocupando parte central da argumentação do

²⁸ Em nossa Introdução, vimos que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 564) mencionam essa estratégia de ordenação discursiva.

autor no que tange à formação de professores. Para a expor adequadamente, porém, entendemos que Ramos, com muita habilidade, optou por fazer um contorno, adiando a sua definição e introduzindo, em seu lugar, a discussão das idéias de Alfred Adler.

5. O afastamento de uma teoria

No Capítulo III de *Educação e psicanálise*, chamado “A psicologia individual e a pedagogia”, são mostradas as diferenças entre as concepções de Freud e Adler, destacando a utilidade dessa última no campo da educação. Na esfera metodológica, Ramos (1934, p. 53) considera que os dois pensadores são muito semelhantes, pois, a exemplo de Freud, o médico austríaco também se vale da análise das associações de idéias e da interpretação de atos da vida cotidiana e de sonhos.

Ramos indica, porém, substanciais diferenças entre ambos, especialmente quanto à concepção de sexualidade. Com base nessas diferenças, nesse capítulo o autor se afasta de Freud, parecendo inclinar-se favoravelmente em direção às teorias de Adler.²⁹ Para fazê-lo, utiliza novamente a técnica da “dissociação de noções”, tomando por esteio, nesse caso, o par filosófico

Indivíduo ,
Sociedade

²⁹ Na exposição que segue, procuraremos manter fidelidade aos termos usados por Ramos para discorrer sobre Freud e Adler. O modo um tanto simplificado com que ambos os pensadores são apresentados pelo autor pode significar o uso de uma estratégia discursiva que consiste em reduzir os objetos sob análise, de maneira a facilitar o argumento de quem os analisa. Para desenvolver essa hipótese, teríamos que oferecer aqui uma visão alternativa das concepções freudianas e adlerianas, o que fugiria ao objetivo e às possibilidades do presente trabalho.

o mesmo que foi oportunamente utilizado para identificar as idéias do próprio Ramos com as concepções socializadoras do movimento educacional renovador, segundo mostramos acima, neste mesmo capítulo. Esse par é empregado, agora, para identificar Adler com essas mesmas concepções.

Ramos valoriza as teses de Adler porque, comparativamente com as concepções de Freud, permitem melhor situar o indivíduo perante a comunidade, uma vez que, para aquele pensador, o neurótico é o indivíduo que perdeu, ou que possui em pequeno grau, o sentimento de coletividade, ao passo que o normal é o que se mostra integrado ao ambiente social. Essa visão é explicitada pela noção de sexualidade em Adler, na qual o elemento sexual é um símbolo da afirmação viril que possibilita ver as primeiras inclinações da criança em outro sentido, que não o freudiano.

Nesse aspecto, a distinção entre os dois autores é feita com base no par

Realidade ,
Símbolo

pois, enquanto para Freud a libido, que é a energia do instinto sexual, gera o incesto entre mãe e filho ou pai e filha, para Adler, diz Ramos (1934, p. 49), tal relação se dá apenas no campo simbólico; o incesto é um símbolo, pois a menina apega-se ao pai como se quisesse tornar-se sua esposa, sendo que, na realidade, o que procura é um refúgio ao seu sentimento de inferioridade.

O par decisivo na argumentação de Ramos, porém, é

Causa ,
Finalidade

que surge na explicação de que a principal mudança feita por Adler na teoria freudiana foi a troca da causa pelo motivo, o que o levou a abdicar da pergunta sobre as razões dos comportamentos de determinados indivíduos, em troca das indagações “para quê?”, “com que fim”?, “o que deve resultar disso?”

Ramos (1934, p. 46-47) observa que o neurótico, em Adler, é o “indivíduo que traçou um plano de vida, com ideal de dominação e fracassou em suas tentativas para realizá-lo”; segundo a noção de “inferioridade orgânica”, ele se julga menor que os outros homens e, por isso, edifica um mundo ideal de compensação à sua insegurança. A neurose, portanto, tem uma significação finalista, é uma ficção de que se utiliza o doente para triunfar sobre seu sentimento de inferioridade.

O par

Causa
Finalidade

permite integrar perfeitamente as idéias adlerianas no ideário socializador da educação, pois, segundo Ramos (1934, p. 51), o médico austríaco explica que o tratamento “dos nervosos, dos ambiciosos, dos desanimados” se dá pelo descobrimento de seus erros, atenuando sua ânsia de poder e fazendo aflorar “seu sentimento de comunidade”.

Nessa formulação, fica claramente indicado o vínculo entre as teorias adlerianas e as idéias educacionais renovadoras em vigor no Brasil, defendidas pelos auditórios escolanovista e higienista. Com Adler, torna-se possível reconstruir a personalidade do indivíduo, corrigindo os erros de sua educação familiar e escolar, propiciando ao sujeito o verdadeiro sentido das relações com a comunidade e o reconduzindo a uma vida normal, em concordância com a sociedade.

Ainda no Capítulo III do livro, Ramos estende ao campo da educação a superioridade de Adler perante Freud, atendo-se a aspectos práticos ensejados por sua teoria, em especial no que se refere à possibilidade de uma tipologia que caracteriza como “escolares difíceis” as crianças que não desenvolveram satisfatoriamente o “sentimento de comunidade”, cuja correção exige, antes de tudo, preparação psicológica do mestre acerca da alma infantil.

A primeira classe dessa tipologia é a das “crianças com inferioridade de órgãos”. Para Ramos (1934, p. 56-57), a tarefa inicial da psicologia individual é realizar os exames médicos das funções orgânicas em busca de possíveis debilidades físicas, nunca se desvencilhando da Psicologia. “O tratamento do defeito físico corrige o sentimento correspondente de inferioridade e é o passo inicial para a aquisição do sentido social”, afirma o autor.

Em seguida vêm as “crianças mimadas, que somente recebem e nunca dão”. Sua causa é atribuída por Ramos aos pais, que são os que “preparam a criança para a futura tarefa escolar”. Na escola, essas crianças têm dificuldades por não encontrarem quem as mime, e o mestre despreparado não possui meios para ajudá-la. Há também as “crianças odiadas, que ignoram existir um sentimento de interesse para os demais”; são freqüentemente “os órfãos, os ilegítimos, os enteados, as crianças feias”, que não se sentem amados e vivem sob a impressão de serem perseguidos e escoraçados; são os desconfiados e medrosos que dificilmente se adaptam à sociedade, com rendimento escolar mínimo, pois interpretam as tarefas “sempre como provas de hostilidade” (RAMOS, 1934, p. 57-58).

Entre esses dois extremos, a criança mimada e a odiada, há inúmeras variações, sendo de extrema importância entender as condições do ambiente familiar para tratá-las. Destaca-se uma classe especial de crianças mimadas, a dos filhos únicos. “A posição da

criança entre os irmãos, o número de pessoas da família, as condições de enteado, filho de viúva, filho adotivo, de irmão único entre várias irmãs e vice-versa, tudo isso”, declara Ramos (1934, p. 59), “tem uma influência decisiva sobre a formação mental da criança”.³⁰

Essa tipologia assume especial relevância argumentativa porque serve à confirmação do valor dos conceitos de Adler, todos eles relacionados com a vida em comunidade e a organização dos grupos sociais. O discurso de Ramos busca mostrar que a compreensão de problemas escolares depende de informações e conhecimentos obtidos na observação da vida familiar da criança, sobrepondo-se a considerações estritamente individuais.

Com isso, o autor reafirma concordar com as abordagens vigentes no movimento educacional renovador, em particular no que tange à valorização dos fatores sociais na compreensão da dinâmica escolar. Tal concordância só é possível, nesse momento do livro, por meio do afastamento da teoria de Freud, o que se realiza pela valorização das idéias de Adler, colocadas como integrantes do par

Indivíduo .
Sociedade

Além disso, essas formulações baseadas na teoria de Adler, dando destaque aos condicionantes ambientais, seja no âmbito da família, seja no da escola, podem ser vistas como destinadas a demarcar as posições de Ramos no âmbito do movimento higienista, sensivelmente marcado por preceitos eugenistas e organicistas, à época identificados com ideologias políticas não democráticas. Como se nota, o autor se afasta desses preceitos, em troca de uma visão dinâmica do psiquismo, quando se trata de

³⁰ Ramos empregou posteriormente essa tipologia nas clínicas de higiene mental, conforme se encontra retratado no livro *A criança problema* (RAMOS, 1947).

propor a inserção do indivíduo na coletividade. Nesse movimento, afasta-se igualmente, embora de modo indireto, de eventuais vinculações com ideologias contrárias à dos escolanovistas deweyanos, os quais, conforme já analisamos em nosso primeiro capítulo, eram pautados na noção de democracia do filósofo norte-americano.

Capítulo III

A tese da sexualidade infantil e a formação de professores

O Capítulo IV de *Educação e psicanálise*, chamado “O ponto de vista analítico-causal”, marca uma reviravolta na argumentação de Arthur Ramos, abrindo caminho para introduzir a segunda tese do autor, acerca da sexualidade infantil, a qual havia sido mencionada apenas de passagem no segundo capítulo do livro, numa estratégia que denominamos “adiamento de definição”.

Consideramos que essa manobra argumentativa tenha sido articulada pelo autor devido ao fato de a temática da sexualidade ser um assunto difícil de ser abordado perante determinados auditórios, em especial o dos católicos, senão, até mesmo, o dos escolanovistas e higienistas. Se apresentar a Psicanálise exigia um árduo empenho argumentativo, quanto mais seria tocar em tema tão cercado de polêmica e preconceitos morais.

Uma vez ratificando sua identificação com o auditório do movimento educacional renovador, o que foi feito por intermédio de Adler, Ramos pode, agora, avançar seus argumentos na direção de sua segunda tese, ingressando no delicado tema da sexualidade infantil. Essa tese é decisiva para os seus propósitos, pois, juntamente com a primeira, que discorre sobre o valor da Psicanálise na Educação, permitirá que o autor, em momento subsequente do livro, sustente a necessidade de fornecer bases psicanalíticas à formação docente.

Para realizar esse intento, porém, Ramos necessita retomar Freud, o que exige outra manobra de argumentação, pois, no plano do livro, o médico de Viena, após ter as suas descobertas mostradas como importantes, teve a sua teoria apresentada como

inferior à de Adler. A tarefa de Ramos, então, inclui rever certos aspectos do raciocínio que levou ao afastamento das concepções freudianas, para poder, assim, revalorizá-las. Isso implicará rever também o valor atribuído, por ele mesmo, às teses de Adler.

1. A inversão de um par filosófico

No Capítulo IV do livro, Ramos (1934, p. 69) argumenta que a noção adleriana de finalidade não basta para explicar as manifestações da vida psíquica, sendo “verdadeira em muitos pontos, mas insuficiente e unilateral para tal”.³¹ O essencial do argumento do autor reside na retomada do par

Causa ,
Finalidade

o qual, em outro momento, conforme já assinalamos, permitiu-lhe situar as idéias adlerianas no âmbito do ideário socializador da educação. Sua opção, agora, é pela inversão desse par, que se torna, então,

Finalidade .
Causa

Ramos (1934, p. 73) explica que Adler, “ao lado de uma investigação horizontal do psiquismo”, introduziu “uma investigação vertical, comparando os sintomas atuais com as particularidades do passado infantil”, concluindo que há sempre raízes mais

³¹ Nesse ponto, Ramos recorre novamente ao “argumento de prestígio”, evocando nomes como Jung e Schneider para reforçar a idéia de que “a teoria adleriana é insuficiente para explicar as manifestações da vida psíquica”.

longínquas nas atitudes dos indivíduos, e que a pergunta “para quê” deve sempre vir seguida de “porquê”.

Embora essa explicação sugira valorizar tanto a causa quanto a finalidade, Ramos deixa claro que opta pela primeira, pois enfatiza que “as situações pedagógicas difíceis são suscetíveis, pois, de uma investigação psicanalítica do ponto de vista analítico-causal”. Tais situações são “os vícios de leitura, de escrita, os tics, as agitações motoras e a gagueira”, bem como as falhas de caráter que, para o autor, já estão “nas fronteiras da neuropatia”.

Essa estratégia de inversão de um par anteriormente estabelecido permite a Ramos introduzir sua segunda tese, pois, conforme o seu ponto de vista, certos vícios de caráter só podem ser compreendidos perante um estudo da sexualidade infantil, considerando a sua evolução, uma vez que os traumatismos inconscientes fundamentais têm sua causa na infância. Com isso, a teoria de Freud torna-se necessária, pois, “os defeitos de caráter”, que tangenciam “a neuropatia e que constituem a longa série dos escolares difíceis, só podem ser compreendidos com uma análise mais profunda do psiquismo infantil”. E a Psicanálise é a ciência que permite “a exploração analítico-causal até esses extratos da formação muito antiga da vida individual”, fazendo o acompanhamento de “seus degraus evolutivos” (RAMOS, 1934, p. 82).

Ramos (1934, p. 83) critica os pedagogos que não reconhecem o inconsciente como o verdadeiro motor das ações humanas e elege a Psicanálise como o único conhecimento capaz de resolver as situações escolares, pois a ciência de Freud revela a decisiva influência dos acontecimentos da vida infantil, especialmente os que abrangem a sexualidade. Assim, esse capítulo do livro pretende deixar patente que o estudo da psique infantil por meio dessa abordagem teórica serve aos propósitos de Ramos e dos defensores da educação renovada.

O autor destaca que a teoria freudiana da sexualidade é imprescindível na compreensão e no tratamento dos distúrbios de crianças com inferioridades orgânicas, as mimadas, as odiadas e os filhos únicos, conforme a tipologia do Capítulo III do livro, cujos problemas só podem ser detectados com a ajuda das concepções de Freud. Ramos procura evidenciar que as idéias psicanalíticas, embora não exibam as preocupações socializadoras próprias do movimento de renovação educacional, são indispensáveis às metas da nova pedagogia, uma vez que oferecem ferramentas práticas para corrigir o comportamento das crianças.

Adler, agora, é descrito por Ramos como um pensador que tão-somente complementou Freud, oferecendo elementos para uma reflexão sobre a vida em comunidade e o desenvolvimento social do indivíduo, os quais, embora relevantes, não são capazes de responder integralmente aos desafios postos à educação escolar. Para enfrentar as situações escolares, é preciso adotar referenciais que permitam uma compreensão profunda do indivíduo.

Feito esse contorno, Ramos se vê então em condições de discorrer sobre o tema antes adiado, o que faz, finalmente, no Capítulo V, intitulado “A sexualidade infantil”, defendendo a polêmica e controvertida teoria de Freud. Possivelmente tendo em mira os trabalhos que iria desenvolver junto à administração pública, o autor passa a discorrer sobre a referida teoria, de maneira a que todos a aceitem como imprescindível no campo da educação escolar.

2. Variações de um par já estabelecido

No Capítulo V do livro de Ramos, a exposição da teoria da sexualidade tem por base o par filosófico

Indivíduo ,
Sociedade

o qual, como já vimos, foi plenamente estabelecido pelo autor, quando de sua adesão ao ideário educacional renovador. A argumentação de Ramos (1934, p. 35-36) apóia-se nesse par ao dizer que, de acordo com Freud, libido é “a energia do instinto sexual, cuja atividade deixa marcas que não se dissipam na personalidade”, formando complexos, como o edipiano, que ocupa posição central da teoria psicanalítica, exprimindo relações antigas na história da humanidade, como o incesto mãe-filho ou pai-filha. Antes dessa fase, prossegue Ramos, a personalidade do indivíduo é “regida pelo princípio do prazer”, caracterizado pela “livre manifestação e expansão dos instintos”, só depois “reprimidos e submetidos ao princípio da realidade, expressão das forças coercivas do eu”.

Nessa explanação, o autor introduz dois novos pares, oriundos dos termos da Psicanálise,

Prazer e Instintivo ,
Realidade Reprimido

que nada mais são do que variações do par que caracteriza o ideário educacional renovador, uma vez que “realidade” e “reprimido” correspondem ao termo “sociedade”, enquanto “prazer” e “instintivo” são correlatos de “indivíduo”. A formação da personalidade que, segundo Ramos, é um “esforço de adaptação do princípio do prazer ao princípio da realidade”, representa a máxima do pensamento renovador, que é a necessidade de ajustamento do indivíduo à ordem social.

Para conferir credibilidade a esse discurso, Ramos (1934, p. 87) faz uso, mais uma vez, do “argumento de autoridade ou prestígio”, citando diferentes escolas psicanalíticas e seus diversos representantes. Segundo argumenta, vários pensadores, além de Freud, reconheceram a presença da sexualidade na primeira infância, como Lindner, Sandford Bell, Kötscher, Havelock Ellis e Albert Moll, todos de acordo com a tese de que a vida sexual na primeira infância nada tem de patológico. Além disso, prossegue Ramos (1934, p. 88), os pediatras “da atualidade” já interpretam muitos fenômenos da vida infantil, considerados “maus hábitos”, como manifestações incontestes desse fenômeno, quebrando a “conspiração do silêncio” que envolvia a Psicanálise.

Em oposição ao “tradicional” ou “antigo”, nota-se aqui o uso do termo “novo” como critério para definir o que é mais aceitável. Esse discurso retoma o par

Tradicional ,
Novo

já apontado aqui como de grande apelo persuasivo entre os defensores da renovação educacional.

3. A desqualificação dos críticos

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 23) consideram que ter “conhecimento daqueles que se pretende conquistar” é “condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. Uma das características do bom orador, portanto, é saber detectar com precisão

as disposições do auditório, entre as quais encontram-se raciocínios que podem ser apresentados em contraposição à tese que pretende defender.

Arthur Ramos mostra conhecer os auditórios a que se dirige, pois dedica boa parte do Capítulo V do livro a combater as objeções dos supostos críticos da Psicanálise, a quem atribui uma visão equivocada da teoria de Freud. Assim, rejeita, por exemplo, a idéia – segundo expressões de Stern transcritas pelo autor – de que “uma pedagogia de idéias psicanalíticas constitui ameaça à inocência das crianças, um erro científico” e “um pecado pedagógico”. Segundo Ramos (1934, p. 91), não se pode considerar a introdução das idéias psicanalíticas na educação como algo perigoso, nem mesmo no que tange à teoria da sexualidade.

Em defesa de Freud, Ramos (1934, p. 92) emprega conjuntamente as técnicas do “prestígio” e das “definições”, às quais já nos referimos neste trabalho. Em prol do reconhecimento do fator sexual infantil, cita os “educadores insuspeitos” Carlota Bühler e Eduardo Spranger, e atribui as reações contrárias à sexualidade infantil à dificuldade dos críticos em compreender a diferença entre duas definições, a de “sexual” e a de “genital”.

Ramos (1934, p. 94) explica que não se pode interpretar o termo “sexual” segundo o ponto de vista “genital” do adulto, pois, como diz Marie Bonaparte, “sexual é um termo infinitamente mais vasto, que abraça toda a sensualidade esparsa no ser e suas aspirações a satisfação”, ao passo que “genital é o instinto já agrupado, como ele o é mais tarde, sob o primado da zona genital em vista da reprodução”. Assim, a definição de sexualidade tem, na Psicanálise, um significado muito diverso da conotação que recebe na linguagem ordinária, a qual vem confundindo os críticos de Freud, conclui Ramos.

Essa distinção conceitual, acompanhada da desqualificação de certos interlocutores, é decisiva para a argumentação do autor, pois lhe permite dedicar o restante do Capítulo V a certos detalhamentos da teoria da sexualidade, agora com maior liberdade. Ramos (1934, p. 96-97) explica, então, o conceito de libido elaborado por Freud em *Três ensaios sobre a teoria sexual*, discorrendo sobre o seu significado em manifestações ligadas às funções de conservação individual, localizadas em zonas reservadas ao instinto da nutrição; explana acerca das fases oral e anal, bem como sobre a característica anal-sádica das crianças e o papel das fezes no desenvolvimento das noções de dar e receber, o que, segundo considera, tem grande importância para a Pedagogia, por sua influência na formação do caráter do indivíduo.

Acrescenta, ainda, uma série de autoridades para confirmar suas explicações. A escola francesa da Psicanálise, com Laforgue, Pichon, Codet, Hesnard, Allendy e outros, segundo Ramos (1934, p. 98), encontrou nas atividades digestivas pré-genitais da criança três tendências primitivas: “a captativa, a conservadora e a produtiva”, cuja “adoção ou transformação pelo recalçamento e pela sublimação” determina “os traços de caráter futuros, na fase escolar e na vida adulta”. Em favor da validade desses achados, conclama ainda Anna Freud, Melanie Klein, Marie Bonaparte e Morgenstern.

4. A agregação de novos termos a um par já constituído

Pela amplitude da exposição feita no Capítulo V, percebe-se que a problemática da sexualidade desempenha papel fundamental nas concepções educacionais do autor, que a mostra como diretamente relacionada com as dificuldades dos escolares. Essas dificuldades são explicadas por Ramos (1934, p. 101) como associadas à formação do

complexo edipiano, de cuja boa ou má resolução depende o futuro da personalidade numa direção “normal ou nos desvios da neurose”. A adequada solução do referido complexo, segundo o autor, deve ocorrer do quinto para o sexto ano de vida da criança, iniciando a “fase da latência”, momento de grande importância para a educação.

Ainda nesse capítulo, Arthur Ramos retoma a noção de “super-ego”, a qual havia sido mencionada no Capítulo II do livro, ocasião em que foi postergada a discussão acerca da sexualidade, seguindo a estratégia que denominamos “adiamento de definição”. Ao que parece, o autor sente-se agora em condições de abordá-lo com mais propriedade, explicando tratar-se de um conceito que responde pelas reações de pudor, repulsa, piedade, estética e moral.

Ramos (1934, p. 102) então explica que a fase de constituição do super-ego, chamada por Hesnard³² de “fase da contra-sexualidade”, ocorre quando se instala o “refreamento das primitivas tendências amorais e desordenadas”, já preparando o desenvolvimento da “fase genital adulta da libido”. Em suma, é da constituição do super-ego que depende a integração do indivíduo à vida de seu grupo social.

Nesse discurso, vê-se que o autor retoma os pares psicanalíticos

<u>Prazer</u>	e	<u>Instintivo</u>	,
Realidade		Reprimido	

que, como vimos anteriormente, são importantes para situá-lo no âmbito do ideal socializador da nova pedagogia. A estratégia de Ramos, agora, consiste em amplificar o poder persuasivo desses pares, agregando dois novos termos, “ordem” e “moral”, aos termos “realidade” e “reprimido”. Assim, consegue transmitir a idéia de que a realidade

³² Angelo Hesnard (1886-1969) foi um dos mais importantes introdutores da Psicanálise na França (retirado de <http://pages.globetrotter.net/desgros/auteurs/fr/hesnard.html> em 28 mar. 2006).

social, que se opõe ao prazer, é sinônimo de ordem, e que a repressão, contraface do instinto, diz respeito ao fortalecimento de princípios morais.

Por meio dessa operação, Ramos aproxima a Psicanálise, do modo como a expõe, do conjunto de noções genericamente defendidas pelos auditórios formados por escolanovistas e higienistas, envolvidos com as campanhas de higiene mental e com as lutas em prol da renovação escolar no país. Os que os agrupa é a tese de que o problema brasileiro é fundamentalmente moral, necessitando, para sua regeneração, de remédios que coloquem o homem em sincronia com uma determinada ordem social, seja a vigente, seja a de uma sociedade futura, a ser construída.

Essa mesma operação pode ser interpretada como uma maneira de Ramos aproximar-se também do auditório dos católicos, uma vez que ressalta o valor de elementos que podem estar situados acima do plano meramente material. Afinal, a definição de valores morais, se pode ser vista como pertinentes ao âmbito da vida em sociedade, pode igualmente ser entendida como relativa a estratos metafísicos, tão caros aos críticos das novas pedagogias.

5. A transposição por similaridade

O Capítulo VI de *Educação e psicanálise*, cujo título é “A contra-sexualidade e o sentimento de culpa”, dá continuidade ao tema do anterior, no qual ficou estabelecida a tese da relevância da sexualidade no campo educacional. O autor dedica-se, então, a explanar acerca de conceitos e técnicas que considera úteis ao trabalho pedagógico, em benefício da boa formação da personalidade das crianças. Seu objetivo, desta feita, é

enfocar particularmente o trabalho dos professores, o qual, conforme defende, pode e deve apropriar-se de certas técnicas psicanalíticas.

O argumento de Ramos, nesse caso, é fundamentado no seguinte raciocínio: se a Psicanálise possui elementos teóricos que possibilitam compreender os mecanismos de constituição da personalidade e também métodos adequados para o ajustamento dos indivíduos, e se os ensinamentos teóricos da Psicanálise são aplicáveis às situações de ensino, então as suas técnicas são igualmente úteis às práticas pedagógicas. Trata-se, portanto, de um raciocínio que opera por similaridade em defesa da transposição, para o campo educacional, não só de conhecimentos psicanalíticos para entender as pessoas, em geral, mas também de meios práticos para lidar com elas em situações concretas, como é a situação escolar.

Esse pensamento é explicitado quando Ramos (1934, p. 107) sugere que um conceito fundamental para o trabalho do professor é o de contra-sexualidade, um “sistema de forças” que atua contra “os impulsos instintivos da criança”, possuindo, portanto, alto interesse para a educação, uma vez que diz respeito, em última instância, às formas de operar com as manifestações da sexualidade. O autor toma certos cuidados, esclarecendo que esses métodos, se forem aplicados de maneira exagerada, podem resultar em “reações prejudiciais ao destino da personalidade”.

Convicto de que o trabalho do professor é uma tarefa essencialmente socializadora, conforme já estabeleceu anteriormente, Ramos prossegue mostrando que a atuação em sala-de-aula não pode dispensar nem os ensinamentos nem as técnicas da Psicanálise, em particular os que se relacionam com a sexualidade. Esse referencial teórico-prático indica, por exemplo, que o uso de “castigos excessivos, que era a regra na Pedagogia clássica”, é um erro de pais e mestres, pois desencadeia atitudes “agressivas e sentimentos de inferioridade”. A solução, diz Ramos (1934, p. 108),

chamando em seu apoio a opinião de Bonaparte, é fazer a “retirada momentânea do amor”, para que a criança sinta a diferença e altere sua atitude inadequada.

As técnicas sugeridas são, evidentemente, de difícil utilização e em nada se assemelham ao que os professores estão habituados a fazer. Mas Ramos (1934, p. 110) se mostra otimista, afirmando que “o educador avisado e psicólogo, e com mais forte razão aquele que é psicanaliticamente formado, saberá manejar com o tato preciso esses sinais delicados”. Nesse momento do livro, o autor não esclarece precisamente o que significam essas palavras, presumindo-se, apenas, que traduzam a necessidade de algum tipo especial de preparo do educador. Como teremos a oportunidade de verificar, este assunto será elucidado no final do livro, formando o corolário das teses de *Psicanálise e educação*.

6. A cooptação dos críticos

Ainda no Capítulo VI, Arthur Ramos lança mão de novos recursos para sensibilizar os auditórios eventualmente recalcitrantes em aceitar o poder socializador da Psicanálise. Ao fazer isso, o autor revela ter pleno conhecimento de seus interlocutores, que eram os diversos intelectuais envolvidos na ferrenha disputa que se travava, naquele momento, em torno da educação, conforme indicamos na Introdução do presente trabalho.

A primeira passagem que analisaremos é breve, mas não pode ser negligenciada, pois ressalta a habilidade discursiva de Arthur Ramos. Ao abordar o tema da contra-sexualidade, o autor explica que o conceito freudiano de super-ego relaciona-se com o mecanismo de recalçamento das tendências instintivas, sendo constituído, em primeiro

lugar, pela identificação com os pais e, depois, com os educadores. Nesse ponto, Ramos (1934, p. 113-114) caracteriza o super-ego como “a voz da consciência dos teólogos, uma função humana geral de extraordinária importância na educação, cujo fim é duplo”, aplicando-se tanto a “corrigir as tendências recalcadas na criança” quanto a “contribuir na formação de um super-ego normal”. Em suma, Ramos vê o superego como “uma hipótese de trabalho genialmente construída por Freud”, cuja teorização “explica todo o mecanismo do recalçamento das tendências instintivas”.

Ramos opera, então, com os pares filosóficos

<u>Prazer</u>	e	<u>Instintivo</u>
Realidade		Reprimido

já estabelecidos anteriormente, mas a novidade, agora, é que os caracteriza de modo a aproximá-los das concepções de eventuais críticos da Psicanálise, em especial os pensadores católicos. Para isso, sugere que os objetivos da atuação psicanalítica são os mesmos que os da ação pretendida pelas práticas religiosas, ao menos no que diz respeito ao controle dos impulsos em benefício da ordem social.

Outra passagem relevante, nesse mesmo sentido, é a que o autor apela a um sentimento comum, existente em qualquer sociedade organizada, mesmo naquele Brasil dos anos 1930, que é a rejeição à agressividade. Ramos (1934, p. 114) explica que a educação nova é contrária às antigas práticas pedagógicas porque elas contribuíam para formar um super-ego excessivamente severo, o qual acabava por revoltar-se contra o ego, provocando comportamentos agressivos. A criança submetida a esse processo, para se libertar da angústia assim produzida, desenvolve um sentimento de culpa e uma necessidade inconsciente de punição, tornando-se “masoquista sob o temor do Super-Ego sádico”.

Ramos (1934, p. 117) associa o tema a problemas de alta gravidade social. Segundo informa, as reflexões de Th. Reik e Alexander sobre o assunto formam a base de toda a criminologia psicanalítica, com inegáveis contribuições para o desenvolvimento de medidas preventivas e punitivas. Além disso, vários estudos da Psicanálise acerca da autopunição lançam luz sobre o problema do suicídio de crianças, algo certamente tão indesejável quanto a criminalidade.

O efeito desse discurso, segundo interpretamos, é colocar a Psicanálise em terreno seguro, onde encontra provável consenso, uma vez que é mostrada como uma ciência que oferece conhecimentos e meios para compreender e solucionar situações que preocupam a todos, como são a agressividade e o crime. A ciência psicanalítica, portanto, torna-se, no discurso de Ramos, uma aliada de todos os que desejam uma sociedade melhor, ordenada e segura, contrariando assim a todos os críticos céticos que não reconhecem o potencial de controle e ordenação social presente na doutrina de Freud.

Ramos (1934, p. 122) conclui o capítulo remetendo-se aos educadores em geral, fazendo um alerta e os conclamando a perceberem o problema que é um super-ego mal formado, o que pode ser iniciado na família que pratica atos violentos e ampliado na escola, onde o mestre se torna um substituto dos pais. O autor recomenda que nenhum educador desconheça os mecanismos da contra-sexualidade e os fenômenos nela implicados. O atendimento a essa recomendação exige, por certo, que os envolvidos tenham uma certa formação especial, mediante diretrizes que não são esclarecidas pelo autor, neste ponto do livro.

7. A apresentação de casos exemplares

O Capítulo VII de *Educação e psicanálise*, intitulado “As reações do recalçado”, dá continuidade ao empenho de mostrar os benefícios da Psicanálise à Educação, o que é feito por meio da apresentação de novos conceitos e, principalmente, pela exposição de casos exemplares. O que se percebe, nesse capítulo e no próximo, é que o livro se torna muito parecido com um manual de instruções, exprimindo orientações de caráter prático dirigidas aos professores.

O uso de casos exemplares, ou exemplos de situações singulares, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 401), têm por objetivo levar o auditório a uma conclusão “igualmente particular, sem que seja enunciada nenhuma regra”. A estratégia discursiva de Ramos parece ser realmente essa, a enunciação implícita de uma regra, a qual, aliás, já foi devidamente formulada nos capítulos anteriores do livro, em que se estabeleceu a aceitação do relevante da Psicanálise no campo educacional, não só do ponto de vista teórico, mas também no que tange às práticas concretas de sala-de-aula.

Assim, Ramos (1934, p. 125-132) apresenta uma série de situações escolares, com as correspondentes explicações psicanalíticas. Quando se compreende o “recalque”, por exemplo, entende-se que “as tendências recalçadas não desaparecem da personalidade, continuando a agir, disfarçadas, sublimadas no inconsciente”; por isso, certas situações pedagógicas difíceis não se resolvem pela análise superficial, uma vez que a causa é remota, apresentando-se nos domínios da sexualidade infantil. Sobre as crianças portadoras de transtornos como o “complexo de castração”, o “complexo de Édipo”, o “mutismo psicógeno”, o “sentimento de culpa ligado à masturbação” e as “discórdias conjugais”, é preciso saber que seus “maus hábitos” escolares são a

expressão de conflitos inconscientes, e que só um profissional psicanaliticamente formado poderá resolvê-los.

Ramos introduz esses casos exemplares para mostrar que “ali estão todos os sinais do escolar ‘difícil’, desde as falhas ligeiras, até as perturbações caracteriológicas e nervosas”, tais como a “distração, a preguiça, a mentira, a gulodice, o furto, a gagueira, o medo, a timidez, a crueldade, o ódio, a angústia, os tics e os distúrbios motores”, bem como as francas manifestações orgânicas de origem psíquica, como os “vômitos, a anorexia, a constipação, a tosse nervosa, a dispnéia e asma nervosa” (RAMOS, 1934, p. 132).

À técnica da exibição de casos exemplares, adiciona-se a das “definições”, somada à do “argumento de prestígio”, ambas já utilizadas pelo autor em outros momentos do livro. Ao tratar das “repercussões caracteriológicas”, Ramos (1934, p. 132-133) põe em cena a terminologia elaborada por Porto Carrero, na qual se encontra um extenso rol de tipos: os quietos (tímidos, desastrados, impassíveis e sonsos); os inquietos (travessos, agitados, perversos); os rebeldes, que são tripartidos em impulsivos, emburrados, reclamões; os teimosos (distráidos, medrosos e obstinados); os mentirosos por impulso, por timidez, por fantasia e por cálculo.

Na apresentação das reações do recalcado, são mencionados os estudos feitos por Pfister em sua obra *A psicanálise a serviço dos educadores* (RAMOS, 1934, p. 133). Ramos (1934, p. 134-136) apresenta ainda o quadro de Hesnard, que examina “todas as faces caracteriológicas da criança e do adulto”, as “tendências possessivas captativas”, em que constam “as crianças adotadas cujo espírito (familiar ou conjugal) é tirânico, ciumento, possessivo e cruel”, como também “as reprimidas caracterizadas pela doçura nas maneiras e sensibilidade afetada”; em seguida vêm as “adotadas que possuem como característica a avareza e a falta de asseio corporal”; “as sublimadas que cultuam o

coleccionismo, o pitoresco ou estético”; e “as reprimidas marcadas por amor à ordem e preocupações com a limpeza corporal e a moral pessoal”, cujas “tendências são consideradas possessivas produtivas”, bem como as adotadas que “possuem mania de destruição, descuido nos compromissos e despreocupação dos deveres da procriação”; e ainda “as sublimadas que gozam do gosto pela cozinha, a química, os trabalhos de laboratórios e industriais”; por fim, “as reprimidas com horror à sujeira e apego à limpeza meticulosa”.

Como se vê, o autor põe o leitor diante de casos que considera concretos, existentes no dia-a-dia de qualquer família, mostrando que todos esses problemas indicados têm origem no inconsciente, quando não especificamente na problemática sexual dos indivíduos, podendo, portanto, ser equacionados e solucionados pela Psicanálise, em benefício de uma ordem social e moral mais equilibrada.

8. A reafirmação de princípios

O Capítulo VIII, “A prática da psicanálise”, dá continuidade a esse empenho já iniciado, com o autor discorrendo novamente sobre a relevância da Psicanálise no âmbito das práticas pedagógicas e sobre a necessidade de instrumentalizar os educadores com técnicas e conceitos psicanalíticos úteis para bem educar. Os recursos argumentativos também são os mesmos: o apoio em autoridades supostamente incontestes e o uso de definições e casos exemplares. Também é retomado o tema da função social da educação renovada, agora exposto em face das potencialidades práticas da Psicanálise.

Uma das particularidades do capítulo é a exposição da análise infantil elaborada por Pfister, a chamada “pedanálise”, segundo Ramos (1934, p. 139), cujos métodos são fundamentados nos trabalhos de Anna Freud, Melanie Klein, Mme. Bonaparte, Sophia Morgenstern, entre outros. O discurso do autor destina-se a mostrar o quanto a Psicanálise já se desenvolveu, sendo capaz, inclusive, de articular uma especialização teórica e técnica aplicável não só a adultos, mas também a crianças, com toda a especificidade que tais sujeitos requerem.

O autor confia à Psicanálise a tarefa de atingir o inconsciente para “decifrar enigmas aparentemente insolúveis”, para com isso moldar o caráter do indivíduo e conduzi-lo a uma “vida harmoniosa no futuro”. Ao trazer à tona as emoções recalçadas, causas dos desequilíbrios emocionais, a operação psicanalítica age sobre elas, normalizando-as e obtendo, como resultado, “indivíduos ajustados ao modo de vida de sua comunidade”.

Outra especificidade do capítulo é a explanação acerca do “processo da sublimação”, muito útil na escola para a “análise de orientação profissional”, o que, segundo Ramos (1934, p. 156-157), é importante para encaminhar os indivíduos a um “trabalho de rendimento à comunidade” na qual vivem. Por meio da “técnica dos jogos”, compreende-se que o brinquedo é a primeira atividade sublimatória da criança, sendo possível, por seu intermédio, captar com exatidão a psique infantil, viabilizando ao mestre intuir a profissão que será a mais prazerosa e produtiva para cada uma. Isso é viável, diz o autor, porque a Psicanálise é capaz de “modelar o caráter normal e as relações dos indivíduos uns com os outros”.

Percebe-se que Ramos busca reiterar a existência de estreito vínculo entre as realizações concretas da Psicanálise e a função socializadora da educação nova. Seu intuito é o mesmo já indicado anteriormente, qual seja, evidenciar que a doutrina de

Freud, ao oferecer ferramentas de trabalho aos professores, não se distancia dos objetivos sociais almejados pelo movimento de renovação educacional.

A validade da transposição da Psicanálise à Educação é sempre lembrada, em palavras que invariavelmente recorrem aos objetivos sociais da nova pedagogia: tanto o analista quanto o educador, diz Ramos (1934, p. 151-154), podem “livrar a alma da criança de todos os obstáculos, preparando o terreno purificado para um desenvolvimento harmonioso no futuro”, pois a Psicanálise é portadora de “um caráter profilático, por evitar a neurose, e também um pedagógico, por modelar um caráter normal”; as crianças “devem ser educadas em função da realidade e das exigências futuras da sociedade”; o educador deve preparar a criança, percebendo desde cedo a vocação de cada uma, para que no futuro exerçam sua função social com prazer.

A reafirmação de princípios expostos em capítulos anteriores, realizada por meio de variadas técnicas argumentativas, obtém o efeito de confirmar as teses do autor, tornando-as familiares ao leitor, ratificando a idéia de que determinadas situações pedagógicas difíceis têm origem na problemática sexual infantil, sendo as dificuldades escolares sintomas de conflitos inconscientes. Aplica-se, então a regra, já estabelecida, de que só a Psicanálise é capaz de solucionar situações tão complexas, o que supostamente interessa a todos os auditórios envolvidos, sejam os escolanovistas, os higienistas ou os católicos.

9. Corolário

Todo esse vasto e meticuloso esforço empreendido por Ramos visa não deixar dúvida quanto à efetividade da Psicanálise, restando ao educador aplicar esses

conhecimentos nas práticas escolares. No plano argumentativo do livro, porém, falta indicar os meios para a formação dos educadores, pois a teoria psicanalítica e o instrumental técnico dela decorrente são complexos, exigindo um profissional qualificado para manejá-los.

O próprio autor dá mostras do problema, chamando a atenção para os cuidados que devem ser tomados, quanto a isso, ao explicar que cabe ao educador resolver os casos mais simples, observando o aluno sem ser percebido, em busca de possíveis falhas que revelem a raiz do problema; mas, diante da constatação da gravidade de um caso, o correto é recorrer ao médico (RAMOS, 1934, p. 140-141).

No último capítulo do livro, o de número IX, intitulado “Psicanálise do educador”, Ramos (1934, p. 161-162) tece suas considerações finais, remetendo-se ao tema da formação dos professores, o qual, segundo interpretamos, coroa as teses defendidas pelo autor e, conseqüentemente, todo o plano argumentativo do livro. Ramos destaca um problema bastante delicado, a julgar pelos padrões de rejeição à Psicanálise vigentes na época, enfatizando a necessidade de o “orientador pedagógico de base psicanalítica” possuir “uma correta formação mental”, para não perpetuar em seus alunos os seus próprios recalques e angústias e não agir de maneira sádica ante os seus educandos.

Para que essas condições se efetivem, Ramos (1934, p. 169) considera indispensável o mestre possuir “conhecimento de si mesmo”, devendo fazer “uma análise de seus próprios conflitos inconscientes”, para poder levar adiante as suas tarefas pedagógicas. E o ideal, diz o autor, é haver uma “formação psicanalítica” para todos os responsáveis pelo desenvolvimento mental da criança, incluindo pais e educadores.

Embora envolva considerável grau de dificuldade prática, a sugestão de Ramos decorre de seus argumentos, pois se a Psicanálise é uma teoria válida, o que inclui a aceitação das teses do inconsciente e da sexualidade, e se a sua aplicação a situações educacionais é necessária, torna-se então inevitável concluir que os seus adeptos se disponham a resolver os seus próprios conflitos psicológicos, antes de se apresentarem como aplicadores da doutrina de Freud em seu ofício cotidiano.

Considerações Finais

Conforme estabelecemos em nossa Introdução, o presente trabalho teve por objetivo analisar o livro *Educação e psicanálise* de Arthur Ramos, publicado em 1934, , cuja meta era mostrar a validade e a eficácia da teoria psicanalítica no campo da educação escolar. Nosso plano consistia em compreender as estratégias argumentativas postas em prática pelo autor, para o que nos dispusemos a utilizar os referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca na obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*.

Em consonância com esses referenciais, consideramos que todo autor procede como um orador diante de um auditório, articulando seu discurso de maneira a conduzir os leitores, por meios persuasivos, à aceitação de determinadas teses. No primeiro capítulo deste trabalho, mediante dados da literatura especializada, fizemos uma exposição dos prováveis auditórios visados pelo livro *Educação e psicanálise*, levando em conta que o autor, na ocasião, acabava de ingressar nos quadros da Liga Brasileira de Higiene Mental, LBHM, e estava prestes a assumir a direção da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, órgão público integrado à reforma educacional comandada por Anísio Teixeira no Distrito Federal.

Estabelecemos que Ramos tinha diante de si um auditório universal, composto por todos os que viam a necessidade de promover a renovação da escola brasileira, tornando-a socializadora das novas gerações, mas, considerando a diversidade dos agrupamentos intelectuais da época, optamos por trabalhar com a noção de auditórios particulares. Traçamos, então, três perfis correspondentes aos possíveis interlocutores do autor, na hipótese de que Ramos tenha buscado manter interações diferenciadas com

cada um deles, no intuito de persuadi-los quanto à validade de suas teses, utilizando para isso várias estratégias argumentativas.

Caracterizamos o primeiro auditório, o dos escolanovistas, como constituído por intelectuais adeptos de tendências teóricas e ideológicas diversas, às vezes divergentes, porém unidos pela crença na premência de remodelar a educação brasileira segundo padrões científicos modernos, com abertura para incorporar às práticas pedagógicas saberes e técnicas capazes de normalizar a ordem social e escolar vigente. Nesse agrupamento, mostramos haver posicionamento favorável a assimilar à educação os conhecimentos originários da Psicologia, sempre que norteados pelo princípio de racionalização das práticas educativas. Por esse motivo, havia ali certa disposição positiva à inserção da Psicanálise nos domínios educacionais.

Destacamos que uma parcela significativa desse auditório, possivelmente muito influente nas opções argumentativas de Ramos, era constituída pelos seguidores de Teixeira, cuja orientação filosófica advinha de John Dewey, pensador que postulava uma intervenção pedagógica que mantivesse o devido equilíbrio entre as exigências da sociedade e as peculiaridades de cada indivíduo. Na linha de pensamento desses intelectuais, sugerimos que a Psicologia ocupava espaço privilegiado como ciência competente para elucidar o psiquismo, dentro dos preceitos de democracia e cooperação do filósofo estadunidense.

O segundo auditório, o dos católicos, foi descrito em nosso primeiro capítulo como formado pelos opositores do escolanovismo, especialmente após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, quando os liberais assumiram o controle da cena educacional, tendo à frente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Guiados por princípios religiosos, os intelectuais católicos criticavam o laicismo proposto pela Escola Nova e defendiam a necessidade de nortear a educação por

conhecimentos e valores morais situados acima do plano social e material da existência humana.

Nesse mesmo auditório, uma corrente menos tradicionalista, representada em âmbito nacional por Everardo Backheuser, admitia o valor das inovações metodológicas do escolanovismo, derivadas em boa parte da Psicologia, com a ressalva de que os valores morais cristãos deviam sempre prevalecer no estabelecimento das finalidades da educação, conferindo às práticas pedagógicas o sentido maior da transcendentalidade do homem. Backheuser avaliava as teorias psicológicas por sua aproximação, maior ou menor, da crença no homem como ser espiritual.

O terceiro auditório, o dos higienistas, foi por nós esboçado como constituído por intelectuais adeptos de uma tradição de pensamento que remonta ao século XIX, quando se desenvolveram idéias eugenistas que vinculavam a obtenção de melhorias sociais ao “aprimoramento da raça”, lançando mão de rígidos conceitos biológicos para justificar ações normalizadoras sobre os indivíduos, em benefício da reordenação da sociedade. No Brasil, essas idéias se fizeram representar na LBHM, associação que também abarcava outras concepções, atribuindo os problemas da sociedade a desequilíbrios morais, sociais e psicológicos, com os quais justificavam atuações educativas no âmbito das famílias e das escolas.

Nos capítulos segundo e terceiro desta dissertação, ainda em consonância com nossos referenciais teórico-metodológicos, fizemos a exposição do pensamento de Arthur Ramos em *Educação e psicanálise*, seguindo a ordenação do discurso do próprio autor, analisando a seqüência de seus argumentos, tal qual se apresentam no livro. Organizamos esse material em torno de duas teses norteadoras, a saber: a que pretendia firmar o valor dos conhecimentos psicanalíticos na Educação e a que visava sustentar a importância da teoria freudiana da sexualidade infantil, bem como a sua relevância para

a formação e o trabalho dos professores. Essa exposição foi pontuada por nossas análises acerca das técnicas argumentativas utilizadas pelo autor para fazer valerem as suas teses.

Conforme dissemos em nossa Introdução, os perfis dos auditórios de Ramos, assunto do primeiro capítulo deste trabalho, foram construídos aprioristicamente, como elaborações hipotéticas acerca de quem seriam os interlocutores visados pelo autor em seu livro. Estabelecemos que nossos capítulos segundo e terceiro buscariam justamente responder a essa indagação, por meio da análise das estratégias argumentativas que viéssemos a localizar no texto de *Educação e psicanálise*. Assim sendo, faremos agora uma reflexão sobre esse tema, no intuito de concluir o presente trabalho.

Como pudemos observar em nosso capítulo segundo, Ramos buscou colocar suas teses em sintonia com as disposições dos auditórios escolanovista e higienista, ambos defensores de práticas educacionais voltadas à socialização dos educandos, ou seja, à articulação de práticas pedagógicas científicas modernas, tidas como competentes atuar sobre os indivíduos no intuito de adequá-los às novas ordenações sociais. Segundo analisamos, a principal estratégia de Ramos para obter esse efeito foi a articulação de seu discurso em torno de pares filosóficos que valorizavam o “novo” em detrimento do “tradicional”, assim como a “sociedade”, em lugar do “indivíduo”, o que lhe permitiu identificar-se tanto com os escolanovistas quanto com os higienistas.

A identificação de Ramos com esses dois auditórios, estabelecida de modo genérico pela admissão da supremacia dos fins sociais sobre as particularidades de cada indivíduo, era permeada pela consideração de que o psiquismo deve ser adequadamente valorizado e trabalhado, para que a educação consiga efetivar a pretendida socialização dos educandos. E era precisamente nesse ponto que a Psicanálise se mostrava de inigualável utilidade, segundo o autor, pois viabilizaria compreender a criança e seu

universo mental, seus sentimentos, seu raciocínio pré-lógico, fornecendo aos educadores os melhores meios para atuar nas instâncias psíquicas mais profundas e atingir, assim, a meta de reordenar a esfera social.

Com esse argumento, acreditamos que Ramos tenha pretendido aproximar-se especificamente dos intelectuais adeptos da filosofia educacional de John Dewey, uma vez que seu discurso contemplava os dois pólos da equação indivíduo-sociedade, mantendo a prioridade do segundo sem desprezar o primeiro. Mais do que isso, aliás, entendemos que a argumentação de Ramos expressava uma determinada leitura daquela filosofia, considerando-a carente de uma ciência psicológica para subsidiar as práticas pedagógicas que sugeria. E esta ciência, então, seria a Psicanálise, indispensável, segundo o autor, à pedagogia deweyana.

Em nosso segundo capítulo, vimos também que Ramos operou em seu livro uma manobra discursiva muito cautelosa, adiando discutir a teoria freudiana da sexualidade infantil. Ao invés de analisá-la em pormenor, o autor preferiu introduzir considerações sobre as teses de Adler, cumprindo assim a finalidade de ratificar sua adesão aos ideais socializadores dos auditórios escolanovista e higienista, firmada desde o início do livro. Segundo interpretamos, essa operação teve por objetivo contornar eventuais resistências daqueles dois auditórios à referida teoria de Freud, dada a polêmica por ela despertada na época.

A menção a Adler pode ser vista, também, como uma maneira de Ramos afastar-se do eugenismo e das formulações organicistas professadas por muitos dos membros da LBHM. Com as noções adlerianas, o autor se mostrava adepto dos ideais socializadores que incentivavam ações educativas fora dos parâmetros da “raça” e autorizava intervenções normalizadoras na esfera familiar e escolar sob uma óptica social e psicológica. Em última instância, o efeito pretendido por Ramos seria o de

situar a sua defesa da Psicanálise a distância de críticos que pudessem identificá-la com as ideologias não democráticas, o nazismo e o fascismo, em ascensão no cenário político internacional na década de 1930 e contrárias ao postulado por Dewey.

Em nosso terceiro capítulo, procuramos mostrar que *Psicanálise e educação* continha uma segunda tese a ser defendida, a da importância da teoria freudiana da sexualidade, a mesma que o autor havia cuidadosamente tangenciado, no início do livro. No plano de sua argumentação, Ramos teve que recolocar a Psicanálise como ciência respeitável, uma vez que, ao tratar de Adler, anteriormente, a havia apresentado como repleta de insuficiências. Para isso, associou o par filosófico composto por “indivíduo” e “sociedade” – o qual serviu para identificá-lo com o ideário educacional renovador – a pares filosóficos próprios da Psicanálise, formados por “prazer” e “instintivo”, de um lado, e “realidade” e “reprimido”, de outro. Desse modo, a ciência de Freud pôde ser repostada como aliada dos preceitos da educação renovada.

Em defesa de sua segunda tese, vimos que Ramos empregou ainda outras técnicas argumentativas, como a desqualificação dos opositores, indicando sua falta de entendimento do verdadeiro conteúdo da teoria freudiana da sexualidade, e a apresentação de casos exemplares a título de comprovar a viabilidade prática da Psicanálise.

Na explanação do conceito psicanalítico de super-ego, o autor apelou a sentimentos passíveis de consenso social, como a constituição da adequada moralidade do adulto e o afastamento de tendências agressivas e criminosas. O tratamento dado a esse tema cumpriu a função de mostrar a Psicanálise como ciência competente para formar os traços de personalidade desejáveis no adulto socializado, contribuindo assim para uma sociedade mais equilibrada. Consideramos que a intenção desse discurso foi

abranger as disposições de todos os auditórios envolvidos no movimento de renovação educacional.

Com base nas análises desenvolvidas em nossos capítulos segundo e terceiro, podemos dizer, em suma, que os argumentos de Ramos no livro *Educação e psicanálise* tiveram como alvo prioritário dois auditórios, o escolanovista e o higienista. No que diz respeito ao primeiro, as atenções do autor voltaram-se especialmente aos seguidores da filosofia deweyana, dos quais procurou aproximar-se por meio de uma certa interpretação da filosofia de Dewey, à qual procurou vincular a Psicanálise. Quanto ao segundo auditório, acreditamos que Ramos teve o intuito de se distanciar do ideário eugenista, assumindo concepções psicológicas e sociais como norteadoras de ações educativas.

Quanto aos católicos, não nos parece que tenham constituído alvo privilegiado do autor, a não ser em algumas passagens do livro. O adiamento da discussão sobre a sexualidade infantil, se foi, como interpretamos, uma maneira de não ferir eventuais suscetibilidades morais, pode ter sido empregado também em consideração aos intelectuais católicos. A menção às teses adlerianas, mostradas como contribuições para reordenar o tecido social, pode ter tido o mesmo objetivo, dirigindo-se a intelectuais menos conservadores, como Backheuser, por exemplo, que admirava certas formulações daquele teórico. O discurso sobre a constituição do super-ego e o poder moralizador da Psicanálise, por sua vez, pode ser visto como um meio de interagir com as inclinações do auditório católico, tão interessado quanto os demais numa educação destinada ao controle de tendências anti-sociais.

A não ser nesses pontos, não pudemos observar em *Educação e psicanálise* nenhum forte argumento encaminhado à persuasão dos intelectuais católicos, uma vez que Ramos não adentrou no terreno próprio desse auditório, que é o da espiritualização

do homem. Se Ramos acreditava não haver nenhuma incompatibilidade entre a Psicanálise e o catolicismo, como declarou em seu livro de 1931, mencionado em nosso primeiro capítulo, em *Educação e psicanálise* não ofereceu nenhum indício de pretender insistir na defesa dessa idéia.

Ao contrário, talvez Ramos tenha contribuído para aumentar as tensões entre o movimento escolanovista e o auditório católico, ao propor, como corolário de suas teses, que a tarefa de formar o professorado fosse feita por intermédio da Psicanálise. Se podemos julgar essa proposta como aceitável para o movimento educacional renovador em geral, e em particular para os auditórios escolanovista e higienista, uma vez que põe nas mãos da ciência a formação docente, o mesmo não pode ser dito quanto aos católicos, pois se trata de uma formulação que exclui os componentes típicos de uma visão religiosa do mundo.

Referências

- ABRÃO, J. L. F. **A história da Psicanálise de crianças no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2001.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, M.; GUEDES M. C. (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2004.
- AZEVEDO, F. (Org.). **A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova**. São Paulo: Nacional, 1932.
- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Tomo III: A transmissão da cultura. 3. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BARROS, L. O. C. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo**. Maceió: Edufal, 2000.
- BOARINI, M. L. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.
- CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CHAVES, J. J. M. **O desafio da esquizofrenia**. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.
- CUNHA, M. V. **John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, M. V. John Dewey, a outra face da Escola Nova no Brasil. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (Org.). **O que é filosofia da educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.
- CUNHA, M. V. Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos cinquenta. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 39-55, 1999b.
- CUNHA, M. V. Ensino Profissional: de Anísio Teixeira, o signatário incógnito do manifesto de 1932, às concepções de John Dewey. In: VALE, J. M. et al. (Orgs.). **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, M. V. Recontextualização e retórica na análise de discursos pedagógicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIM, V. T. (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CUNHA, M. V.; COSTA V. John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930. **História da Educação**, Pelotas, n. 12, p. 119-142, 2002.

DA SILVA, L. C. A contribuição da higiene mental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.

DÁVILA, J. **Diploma of whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945**. Durham/Londres: Duke University Press, 2003.

DEWEY, J. A criança e o programa escolar. In: DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ERRERIAS, C. A. C. **Catolicismo e educação na década de 1930: o escolanovismo de Everardo Backheuser**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

FACCHINETTI, C. **Deglutindo Freud: Histórias da digestão do discurso psicanalítico no Brasil**. Tese (Doutoramento em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em : <http://www.gradiva.com.br/deglutindo.html>. Acesso: em 15 abr. 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

KUMMER, D. O. Arthur Ramos – significativas passagens. In: SAPUCAIA, A. (Org.). **Relembrando Arthur Ramos**. Maceió: Edufal, 2003.

LOPES, E. M. T. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, M.; KUHLMANN JÚNIOR, M. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MAI, L. D. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.

MANELI, M. **A nova retórica de Perelman: filosofia e metodologia para o século XXI**. Tradução Mauro Raposo de Mello. Barueri, SP: Manole, 2004.

MENEZES, M. O. **A Psicanálise na Bahia (1926-1937): os estudos de Arthur Ramos sobre a loucura, educação infantil e cultura**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2003.

MOKREJS, E. Psicanálise e Educação. Arthur Ramos: Um episódio da história da educação no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 91-104, 1987.

MOKREJS, E. Durval Marcondes: o primeiro capítulo da Psicanálise e da Psicopedagogia em São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 193-209, 1988.

MOKREJS, E. Psicanálise e Educação – Júlio Pires Porto Carrero e a Pedagogia Eugênica na década de trinta no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-15, 1989.

MOKREJS, E. **A Psicanálise no Brasil**: as origens do pensamento psicanalítico. Petrópolis : Vozes, 1993.

MONTOYA, A. O. D. Contribuições da psicologia e epistemologia genéticas para a Educação. In: CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.

MONARCHA, C. Lourenço Filho e a “Bibliotheca de Educação” (1927-1941). In: MONARCHA, C. (Org.). **Lourenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

NUNES, C. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990- (Biblioteca de Psicologia e Psicanálise, 6).

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAMOS, A. **Educação e psicanálise**. São Paulo: Nacional, 1934.

RAMOS, A. **A criança problema**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

RIBEIRO, P. R. M. **Saúde Mental no Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999 (Universidade Aberta).

RIBEIRO, P. R. M. A criança brasileira nas primeiras décadas do século XX: a ação da higiene mental na psiquiatria, na psicologia e na educação. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003.

SAGAWA, R. Y. **Durval Marcondes**. Rio de Janeiro: Imago, 2002. (Pioneiros da Psicologia Brasileira, 11).

SELESNICK, S. Alfred Adler – a psicologia do complexo de inferioridade. In: ALEXANDER, F. (Org.). **A História da psicanálise através dos seus pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

SILVA, A. S. R. **Cuidando do futuro do Brasil**: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria, Rio de Janeiro, 1998.

SIRCILLI, F. Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 185-193, 2005.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. 6. edição. São Paulo: Nacional, 1971.

WATSON, J. **Educação psicológica da primeira infância**. Tradução Mary Braxton Lee. Rio de Janeiro: Editora Marisa, 1934.

ZULLIGER, H. Oskar Pfister – psicanálise e fé. In: ALEXANDER, F. (Org.). **A História da psicanálise através dos seus pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)